

QUESTÕES

- 1. São recursos públicos destinados à educação os originários de:**
 - I. receita de tributos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - II. receita de transferências constitucionais e outras transferências;
 - III. receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
 - IV. receita de incentivos fiscais.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Três estão corretas.
 - c) Duas estão corretas.
 - d) Uma está correta.
 - e) Todas estão erradas.

- 2. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, exceto:**
 - a) respeito à liberdade e apreço à tolerância.
 - b) coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
 - c) garantia de padrão de qualidade.
 - d) valorização da experiência extra-escolar.
 - e) vinculação entre a educação escolar, o trabalho voluntário e a renda familiar, visando direcionar e condicionar a população ativa às necessidades sociais.

- 3. Assinale a alternativa abaixo que está de acordo com a Lei nº 9.394/1996.**
 - a) A União poderá aplicar, anualmente, 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
 - b) A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, será considerada, para efeito do cálculo previsto no art. 68 da LDB, receita do governo que a transferir.
 - c) Serão consideradas incluídas nas receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.
 - d) Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do

orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

- e) As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada semestre do exercício financeiro.

4. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

5. A respeito dos recursos financeiros, o repasse dos valores do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

- I. recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;
- II. recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;
- III. recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente;
- IV. O atraso da liberação não sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

a) I e II estão corretos.

b) II e III estão corretos.

c) I, II e III estão corretos.

d) II, III e IV estão corretos.

e) I, II, III e IV estão corretos.

6. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante determinadas garantias, com exceção de:

- a) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- b) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças a partir de 02 a seis anos de idade
- c) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- d) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- e) oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

7. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente excluindo os demais profissionais da educação;
- II. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III. uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV. levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino.

- a) Todas estão corretas.
- b) Três estão corretas.
- c) Duas estão corretas.
- d) Uma está correta.
- e) Todas estão erradas.

8. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

9. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I. realização de atividades-fim necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- II. concessão de bolsas de estudo integrais a alunos de escolas públicas e privadas;
- III. amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nas duas sentenças anteriores desta questão;
- IV. aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

- a) Todas estão erradas.
- b) Três estão erradas.
- c) Duas estão erradas.
- d) Uma está errada.
- e) Todas estão corretas.

10. A União incumbir-se-á de:

- a) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.
- b) prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.
- c) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.
- d) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.
- e) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

11. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I. pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise,

precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

- II. subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
 - III. formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
 - IV. programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
- a) Todas estão corretas.
 - b) Três estão corretas.
 - c) Duas estão corretas.
 - d) Uma está correta.
 - e) Todas estão erradas.

12. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

13. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I. formação de quadros especiais para a Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- II. programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- III. obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- IV. pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia a manutenção e desenvolvimento do ensino.

- a) Todas estão erradas.
- b) Três estão erradas.

- c) Duas estão erradas.
- d) Uma está errada.
- e) Todas estão corretas.

14. Não está entre as incumbências dos Estados

- a) assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.
- b) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino.
- c) definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público.
- d) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios.
- e) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

15. Marque a alternativa que não está de acordo com norma contida na LDB.

- a) As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.
- b) Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.
- c) A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.
- d) O custo mínimo de que trata o artigo 74 será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, sem considerar variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.
- e) A ação supletiva e redistributiva prevista no art. 75 ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

16. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

17. Julgue os itens que se seguem a respeito do art. 75 da LDB e que fazem alusão a ações de natureza supletiva:

I. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

II. A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

III. A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

IV. Com base nos critérios estabelecidos nas sentenças I e II desta questão, a União deverá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

V. A ação supletiva e redistributiva poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

a) I e II estão corretos.

b) II e III estão corretos.

c) I, II e III estão corretos.

d) II, III e IV estão corretos.

e) I, II, III e IV estão corretos.

18. Acerca das incumbências dos municípios, está incorreto afirmar que:

- a) Cabe aos municípios organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
- b) É competência dos municípios requisitar ação redistributiva por parte dos órgãos coordenadores dos estabelecimentos de ensino em relação às suas escolas.
- c) Compete aos municípios baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- d) É função dos municípios autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- e) Está entre as funções dos municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

19. De acordo com as alternativas abaixo, assinale os itens corretos.

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- I. comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
 - II. apliquem seus excedentes financeiros em educação;
 - III. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
 - IV. prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.
- a) I e II estão corretos.
 - b) II e III estão corretos.
 - c) I, II e III estão corretos.
 - d) II, III e IV estão corretos.
 - e) I, II, III e IV estão corretos.

20. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O dever do Estado com Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, exceto para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

- () FALSA.
() VERDADEIRA.

21. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

- I. Os recursos de que trata este artigo deverão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.
 - II. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei complementar, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.
 - III. As atividades universitárias de pesquisa e extensão deverão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.
 - IV. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.
- a) Todas estão corretas.
 - b) Três estão corretas.
 - c) Duas estão corretas.
 - d) Uma está correta.
 - e) Todas estão erradas.

22. Aos estabelecimentos de ensino não cabe

- a) elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- b) recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso.
- c) administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- d) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.
- e) velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.

23. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I. proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II. garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-Indígenas;
- III. a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa;
- IV. os programas mencionados na sentença I, II serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

- a) Somente uma está correta.
- b) Duas estão corretas.
- c) Três estão erradas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão erradas.

24. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

25. Os programas integrados de ensino e pesquisa das comunidades indígenas, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- I. fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

- II. manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
 - III. desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
 - IV. elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.
- a) Todas estão erradas.
 - b) Três estão erradas.
 - c) Duas estão erradas.
 - d) Uma está errada.
 - e) Todas estão corretas.

26. Indique a afirmativa incorreta.

- a) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- b) A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- c) A escola poderá reclassificar os alunos, exceto quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.
- d) O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.
- e) A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

27. Marque a assertiva que não está de acordo com as diretrizes e bases da educação.

- a) O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação apenas de programas de ensino presencial, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

- b) A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
- c) A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.
- d) As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

28. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

29. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I. custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II. concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III. reserva de tempo mínimo, com ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.
- IV. permissão para organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.

- a) Somente uma está correta.
- b) Duas estão corretas.
- c) Três estão erradas.
- d) Três estão corretas.
- e) Todas estão erradas.

30. Sobre a Educação Básica é incorreto dizer:

- a) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

- b) O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, exceto das matrizes indígena e africana.
- c) Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.
- d) O conteúdo programático a que se refere o artigo 26-A incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
- e) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras

31. Marque a única alternativa que não está de acordo com a Lei nº 9394/1996.

- a) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria;
- b) O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.
- c) Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.
- d) Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- e) As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da LDB.

32. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária,

organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

33. Cada Município, o Distrito Federal, o Estado e, supletivamente, a União, deverá:

- I. matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade no ensino fundamental;
- II. prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;
- III. realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;
- IV. integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

- a) I e II estão corretos.
- b) II e III estão corretos.
- c) I, II e III estão corretos.
- d) II, III e IV estão corretos.
- e) I, II, III e IV estão corretos.

34. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão as seguintes diretrizes, exceto:

- a) a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
- b) consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.
- c) orientação para o trabalho.
- d) promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.
- e) O ensino da arte constituirá componente curricular facultativo, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

35. Julgue os itens a seguir.

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de 2 (dois) anos, a partir da data de sua publicação.
 - II. As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.
 - III. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.
 - IV. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.
- a) I e II estão corretos.
 - b) II e III estão corretos.
 - c) I, II e III estão corretos.
 - d) II, e IV estão corretos.
 - e) I, II, III e IV estão corretos.

36. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

37. Um ensino fundamental para todos, direito subjetivo, exige que os estabelecimentos de ensino:

- a) eliminem as suas barreiras arquitetônicas e mantenham seus currículos sem reorientá-los, pois, garantido o acesso, cabe aos alunos alcançar os objetivos da escola;
- b) eliminem as suas barreiras arquitetônicas e adotem métodos e práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos, em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade;
- c) desenvolvam um movimento de reorientação curricular, não havendo a necessidade de rever os aspectos de acessibilidade do prédio;

- d) adotem métodos e práticas de ensino adequadas às diferenças não havendo a necessidade de rever os aspectos de acessibilidade do prédio.

38. Quanto ao Ensino Fundamental, é incorreto afirmar que:

- a) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
- b) Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
- c) Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.
- d) A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
- e) O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

39. De acordo com o art. 205 da Constituição Federal, as três finalidades da educação são: o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua:

- a) liberdade de aprender, ensinar e pesquisar;
- b) formação intelectual, física e religiosa;
- c) qualificação para o trabalho;
- d) garantia ao direito a padrões de qualidade;
- e) promoção física e intelectual.

40. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

41. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem por objetivo:

- a) regulamentar tanto a educação escolar como a educação não intencional que ocorre fora da escola;
- b) sistematizar os processos formativos das pessoas, existentes no ambiente familiar e no trabalho;
- c) organizar a educação informal e a educação que se verifica nos agrupamentos humanos, em especial nas entidades de classe;
- d) estruturar os relacionamentos humanos na sociedade, dos quais decorre a educação;
- e) disciplinar a educação escolar que se verifica predominantemente através do ensino em instituições próprias.

42. Com relação à Educação de Jovens e Adultos, é incorreto afirmar que:

- a) A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
- b) Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
- c) O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
- d) A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.
- e) Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, mas não habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

43. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera como adolescente a pessoa que tem:

- a) entre 12 anos incompletos e 16 anos de idade;
- b) entre 12 e dezoito anos de idade;
- c) entre 11 incompletos e 18 anos de idade;
- d) entre 12 anos incompletos e 21 anos de idade;
- e) entre 12 e 21 anos de idade.

44. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Compete aos Estados e aos Sindicatos Municipais, em regime de colaboração, e com a assistência da União recensear a população em

idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

45. Conforme dispõe o art. 5º § 1º, inc. III, da LDB, zelar pela frequência do aluno do ensino fundamental à escola é um dever:

- a) do Poder Público, junto aos pais ou responsáveis;
- b) exclusivo dos pais ou responsáveis;
- c) dos pais ou responsáveis e das associações comerciais;
- d) dos pais ou responsáveis e de entidades particulares;
- e) dos pais ou responsáveis e dos órgãos auxiliares da escola.

46. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos, com necessidades especiais:

- a) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.
- b) terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- c) professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como pessoas comuns que atuem como professores do ensino regular que, neste caso, não possuam necessariamente qualquer formação específica, mas capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- d) educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.
- e) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

47. A Educação Básica, nos termos do art. 21da LDB, é formada:

- a) pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- b) pela educação infantil e ensino fundamental apenas;
- c) pelo ensino fundamental e ensino médio apenas;
- d) pela educação infantil apenas;
- e) pelo ensino fundamental apenas.

48. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, dependendo da escolarização anterior.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

49. A oferta da educação infantil em creches e pré-escolas, de acordo com o art. 11 da LDB, é incumbência dos:

- a) Municípios, Estados e Distrito Federal da União;
- b) Estados e Distrito Federal da União apenas;
- c) Municípios, Estados e Distrito Federal apenas;
- d) Municípios apenas;
- e) Estados e Distrito Federal apenas.

50. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- II. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
- III. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) I e II
- d) II, apenas
- e) III, apenas

51. A gratuidade do ensino fundamental em estabelecimentos oficiais de ensino é garantida constitucionalmente a alunos de:

- a) até 14 anos;
- b) qualquer idade;
- c) até 16 anos;
- d) até 18 anos;
- e) até 21 anos.

52. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino é livre à iniciativa privada, atendido o cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

53. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas e prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento, nos termos do art. 12 da LDB, é atribuição:

- a) dos docentes;
- b) dos Municípios;
- c) da comunidade.;
- d) dos estabelecimentos de ensino;
- e) das instituições auxiliares da escola.

54. O ensino será ministrado com base

- I. na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II. na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- III. no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- IV. Nos ideais capitalistas, visando o condicionamento propício à criação de uma população economicamente ativa que atenda aos interesses do estado.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) I, II e III
- e) III e IV

55. Ao adolescente trabalhador o ECA, em seu art. 54, inciso VI, assegura:

- a) a autorização para deixar o trabalho uma hora mais cedo;
- b) o acréscimo de 10% em sua remuneração, se matriculado no ensino fundamental;
- c) o direito de ausentar-se do serviço em dia de prova;
- d) a justificação de faltas na escola em decorrência de imprevistos no trabalho;
- e) a oferta de ensino noturno regular adequado às suas condições.

56. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

57. Da receita decorrente de impostos, compreendida a resultante de transferências, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, no mínimo:

- a) 30%;
- b) 25%;
- c) 20%;
- d) 18%;
- e) 15%.

58. O ensino será ministrado com base

- I. na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- II. Na valorização do profissional da educação escolar.
- III. Na gestão democrática do ensino público, na forma da Lei específica e da legislação dos sistemas de ensino.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, apenas
- d) II, apenas

e) I, II e III

59. O professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escolas ou creche, que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança ou adolescente está sujeito, conforme o art. 245 do ECA, à:

- a) detenção de seis meses a dois anos;
- b) advertência advinda do seu superior imediato;
- c) multa de três a vinte salários de referência, sendo o dobro na reincidência;
- d) advertência advinda do Conselho Tutelar;
- e) investigação por parte da autoridade policial.

60. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

61. Nos termos do art. 70 da LDB, serão consideradas, como de manutenção e desenvolvimento do ensino, as despesas com:

- a) manutenção de programas de transporte escolar;
- b) formação de quadros especiais para administração pública;
- c) subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter cultural;
- d) programas suplementares de alimentação e assistência médico-odontológica;
- e) obras de infra-estrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.

62. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, exceto para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- II. universalização do ensino médio gratuito;

- III. atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- IV. padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) III e IV

63. Dos recursos do fundo instituído pela Lei nº 11.494/2007, de acordo com o seu art. 22, pelo menos 60% devem ser utilizados pelos estados, Distrito Federal e Municípios para:

- a) a aquisição de material didático escolar e manutenção de programas de transporte escolar;
- b) a remuneração dos professores em efetivo exercício de suas funções de magistério e para a aquisição e manutenção de equipamentos necessários ao ensino;
- c) a remuneração dos professores do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino público fundamental ou médio;
- d) a aquisição, manutenção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- e) a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

64. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

65. Pela leitura dos arts. 205 a 210 da Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) a educação é um direito de todos e um dever apenas dos sistemas de ensino e do governo;
- b) o ensino terá por base, entre outros princípios, o da garantia de padrão de qualidade;
- c) o dever do Estado de atendimento em creches e pré-escolas diz respeito apenas a criança de 0 a 5 anos de idade;
- d) a atuação da iniciativa privada no ensino é independente, não se condicionando em nada à atuação do Poder Público;
- e) o ensino religioso, de matrícula facultativa será ministrado no ensino fundamental fora do horário normal de aulas.

66. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.
- II. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.
- III. Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.
- IV. O sistema de ensino à distância será aplicado somente nos casos de inacessibilidade aos estabelecimentos de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e III

67. Aos educandos portadores de necessidades especiais, nos termos do art. 58 da LDB, será oferecida educação especial, com atendimento, preferencialmente:

- a) em escolas especiais subordinadas à Secretaria da Saúde;
- b) em escolas particulares especiais, através de convênios;
- c) na rede regular de ensino;
- d) em escolas públicas conveniadas com hospitais;
- e) em escolas especiais da rede pública estadual.

68. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os estabelecimentos de ensino incumbir-se-ão de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

69. As Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pela resolução CNE/CEB nº 2/1998, destinam-se a orientar as escolas brasileiras:

a) de ensino fundamental apenas, em relação a procedimentos pertinentes à sua organização administrativa e às suas propostas pedagógicas;

b) de ensino fundamental, médio e superior em relação a procedimentos pertinentes às suas propostas pedagógicas;

c) de ensino fundamental e médio, em relação a procedimentos pertinentes à sua organização administrativa e às suas propostas pedagógicas;

d) de ensino fundamental apenas, em relação a procedimentos pertinentes às suas propostas pedagógicas;

e) de ensino fundamental e médio apenas, em relação a procedimentos pertinentes às suas propostas pedagógicas.

70. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

I. É competência dos municípios elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Estabelecimentos de ensino.

II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

III. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e III

b) II e III

- c) I, apenas
- d) III, apenas
- e) II, apenas

71. A respeito dos princípios que integram as Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas pela Res. CNE/CEB nº 2/1998, considere:

- I. Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.
- II. Princípio dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III. Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Está (ão) correto(s):

- a) I, II, III;
- b) I e III apenas;
- c) II e III apenas;
- d) I e II apenas;
- e) I apenas.

72. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

73. É correto afirmar, de acordo com o parecer CNE/CEB nº 4/1998, que:

- a) as diretrizes curriculares nacionais constituem-se em respostas e caminhos previamente prontos e fechados que irão pautar as ações pedagógicas das escolas;
- b) a educação especial, dadas as suas características, não deve ser considerada no âmbito da definição das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- c) os Parâmetros Curriculares Nacionais, por suas características, são suficientes, por si, para resolver o problema da qualidade de ensino;

- d) na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, a flexibilidade e a descentralização devem ser entendidas como responsabilidades compartilhadas;
- e) cabe a câmara de educação básica do CNE a escolha da parte diversificada que deve constar ao lado da base nacional comum, no currículo de cada escola de ensino fundamental.

74. A União incumbir-se-á de:

- I. assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- II. baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
- III. baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) I e III
- e) III, apenas

75. Dispõe o art. 26, § 5º, da LDB que será incluído o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna na parte diversificada do currículo das escolas:

- a) obrigatoriamente a partir da 7ª série;
- b) facultativamente a partir da 7ª série;
- c) obrigatoriamente a partir da 5ª série;
- d) facultativamente a partir da 6ª série;
- e) obrigatoriamente a partir da 4ª série.

76. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

77. O ensino a distância, no âmbito do ensino fundamental, de acordo com o art. 32, § 4º, da LDB:

- a) não é utilizado;
- b) constitui-se numa prática rotineira e desejável;
- c) é utilizado a partir da 5ª série;
- d) pode ser utilizado a partir da 7ª série;
- e) utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais..

78. Os estabelecimentos de ensino incumbir-se-ão de:

- I. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- II. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- III. Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- IV. notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de sessenta por cento do percentual permitido em lei.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e IV
- c) II e IV
- d) I, II e III
- e) III e IV

79. Além de constituir uma exigência formal, contida inclusive na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o projeto pedagógico revela-se uma necessidade cotidiana das instituições educativas e um instrumento eficaz para a implantação de suas ações. Nessa perspectiva, o projeto pedagógico caracteriza-se, essencialmente, como:

- a) um documento que se reflete no currículo da escola, construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo, que busca rumo, ação intencional e compromisso coletivo;
- b) um plano didático-pedagógico, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como instrumento regulador das atividades;
- c) um instrumento norteador das escolas públicas e das ações sistemáticas de todos os membros da comunidade educativa;
- d) um recurso de gestão administrativa e financeira da escola, que deve ser conhecido por toda a comunidade escolar;
- e) um referencial que exprime as exigências da sociedade, autoridades governamentais e da comunidade local, construído diretamente por esses agentes.

80. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

81. Na proposta de reforma curricular do Ensino Médio, a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência e divergência (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio - Bases legais).

Para que isso ocorra é preciso:

- a) estimular a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar para a realização de um trabalho integrado;
- b) estabelecer objetivos educacionais únicos com vista à avaliação do currículo;
- c) homogeneizar a metodologia a ser utilizada pelo corpo docente da escola;
- d) preservar cada área do conhecimento em sua especificidade, fazendo-a interagir com as demais para a solução de problemas;
- e) criar novas disciplinas ou saberes especialmente destinados a análise de fenômenos complexos.

82. A respeito da organização da Educação Nacional (art. 13 da LDB) analise a veracidade das afirmativas seguintes:

- I. Os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- II. Os municípios são responsáveis por elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- III. Os docentes devem zelar pela aprendizagem dos alunos.
- IV. Os municípios devem estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) II, III e IV

83. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, delega à escola e seus sujeitos a responsabilidade da elaboração de seu projeto pedagógico. No que se refere à participação na elaboração do projeto político pedagógico, construção coletiva, considerando os arts. 12,13 e 14, é incorreto afirmar que:

- a) os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com suas peculiaridades, incluindo a participação dos profissionais das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes;
- b) os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com os princípios estabelecidos nacionalmente, de modo a manter uma unidade curricular e a evitar o pluralismo de concepções pedagógicas;
- c) os docentes Incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e cumprir o plano de trabalho, segundo proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- d) os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, terão a incumbência de informar aos pais sobre a execução de sua proposta pedagógica.

84. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

85. A perspectiva histórico-cultural da aprendizagem considera a avaliação como fonte de informação para novos procedimentos a serem tomados a cada instante no processo educacional. Isso significa que:

- a) a avaliação deve ocorrer para decidir quanto a aprovação ou reprovação do aluno, no final do período letivo;
- b) a ação de avaliar deve ser sempre classificatória;
- c) a ação de avaliar deve ser sempre diagnóstica e processual;
- d) somente os alunos devem ser avaliados.

86. Verifique a veracidade das afirmativas seguintes:

- I. É função municípios e estabelecimentos de ensino ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- II. O sistema federal de ensino compreende, entre outras, as instituições de ensino mantidas pela União.
- III. Integra o sistema estadual de ensino as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) II
- c) I, II e III
- d) I, apenas
- e) III, apenas

87. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20/12/1996, estabelece como dever do Estado uma educação pública e gratuita garantida:

- a) em toda faixa escolar, que no Brasil vai dos 7 aos 14 anos para todos os cidadãos, envolvendo toda a Educação Básica;

- b) em todo o ensino fundamental, mesmo para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade adequada;
- c) nas creches e pré-escolas, de 0 a 6 anos, e somente até o final da 4ª série do Ensino Fundamental;
- d) nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental. Com a progressiva extensão da gratuidade até o terceiro ciclo do ensino fundamental;
- e) em toda a educação infantil e fundamental, não contemplando o ensino fundamental de jovens e adultos do noturno regular.

88. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, não integram seu sistema de ensino.

- FALSA.
- VERDADEIRA.

89. A Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu art. 5º, § 1º, sobre o acesso ao ensino fundamental, determina que compete aos Estados e Municípios, em regime de colaboração com a assistência da União:

- I. recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a eles não tiveram acesso;
- II. fazer-lhes a chamada pública;
- III. zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Está(ão) correto(s):

- a) apenas os itens I e II;
- b) apenas o item III;
- c) apenas o item I;
- d) os itens I, II e III.

90. Analise a veracidade nas afirmativas seguintes.

- I. O sistema federal de ensino compreende os órgãos federais de educação.
- II. Integram o sistema de ensino federal as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal.

- III. Integram os sistemas de ensino dos estados e do distrito federal as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II, apenas
- e) I e III

91. Segundo a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu art. 27, os conteúdos curriculares da educação básica observarão os seguintes princípios:

- I. a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, ao respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II. Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III. orientação para a vida;
- IV. promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Estão corretos:

- a) os itens I, II e IV;
- b) apenas os itens III e IV;
- c) apenas os itens I e II;
- d) apenas os itens I e III.

92. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Integram os sistemas municipais de ensino as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

93.A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu art. 4º, estabelece diretrizes segundo as quais deverá ser efetivado o compromisso do Estado com a educação escolar pública. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas diretrizes.

- a) Atendimento educacional gratuito aos educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente em escolas exclusivas para esta finalidade.
- b) Ensino fundamental e ensino médio obrigatório e gratuito nas faixas etárias de 7 a 14 anos e de 15 a 18 anos, respectivamente.
- c) Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 3 a 6 anos de idade.
- d) Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

94. Considere as afirmativas a seguir.

- I. As instituições particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado enquadram-se na categoria privada.
- II. As instituições públicas são caracterizadas por instituições comunitárias, comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III. As instituições confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas, enquadram-se na categoria pública.
- IV. Enquadram-se na categoria privadas as instituições filantrópicas, na forma da lei.

Está (ao) correta (s):

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I e III
- d) I, II, III e IV
- e) II, III e IV

95. Cury, em LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destaca alguns traços marcantes da nova lei. Por exemplo, quando há uma redefinição das funções da União e a transferência de atribuições para os Estados e Municípios, pode-se identificar uma postura:

- a) conservadora;
- b) privatista;
- c) descentralizadora;
- d) elitista.

96. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Integram os sistemas municipais de ensino as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privadas e os órgãos municipais de educação.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

97. A Lei nº 9.394/1996 (LDB), em seu art. 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, definindo como um de seus princípios:

- a) a criação dos conselhos municipais de educação, com eleição de seus membros;
- b) a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- c) a possibilidade de organização do ensino fundamental em ciclos ou etapas;
- d) a possibilidade de oferecimento de ensino médio pelos sistemas municipais quando houver demanda.

98. A avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- I. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- II. possibilidade de aceleração de estudos para alunos que apresentem maior facilidade no processo de aprendizagem, eliminando, em determinados casos, parte da carga horária normal que seja considerada desnecessária.
- III. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.

- IV. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I, III e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

99. Após consulta feita a uma especialista, uma diretora de escola pública do ensino fundamental preparou e apresentou o projeto pedagógico ao corpo docente de sua unidade escolar. Os professores rejeitaram o projeto, alegando ausência de um processo democrático na construção do referido projeto. Considerando a Lei nº 9.394/1996, é possível afirmar que:

- a) o protesto docente tem fundamento legal, já que eles deviam ter participado da elaboração da proposta pedagógica da escola onde trabalham;
- b) a diretora agiu em conformidade com a lei, já que a gestão democrática se restringe aos estabelecimentos particulares de ensino;
- c) a diretora respeitou a LDB, já que o projeto pedagógico deve ser elaborado pela direção escolar e comunicado aos seus docentes;
- d) a diretora não respeitou a LDB porque esta determina que o projeto pedagógico deve ser elaborado por uma equipe de pedagogos;
- e) o protesto docente tem fundamento legal, já que a LDB proíbe a consulta a especialistas.

100. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação escolar compõe-se de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

101. Um secretário municipal de Educação constatou que tinha atendido plenamente às necessidades de sua área de

competência. Observou, no entanto, que gastou apenas 20% dos recursos vinculados constitucionalmente para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Assim, ele decidiu inaugurar uma escola de ensino médio, já que lhe restavam 5% dos recursos vinculados, obrigatoriamente, para o ensino.

Considerando as determinações da atual LDB, é possível afirmar que:

- a) o secretário agiu conforme a lei, visto que ele já tinha atendido plenamente às necessidades de sua área de competência, ou seja, a educação infantil e o ensino fundamental;
- b) ainda que louvável a atitude do secretário, ele não cumpriu a lei, pois esta determina que o Município atue exclusivamente nas áreas infantil e fundamental;
- c) ainda que o secretário tenha atendido às necessidades de sua área de competência, ele não respeitou a LDB, pois deveria ter utilizado recursos acima dos percentuais mínimos vinculados constitucionalmente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- d) o secretário não respeitou a LDB, pois os recursos vinculados de um Município não podem ser utilizados na abertura de escola de nível médio; ele poderia, por exemplo, ter investido na melhoria da qualidade da merenda escolar das escolas do nível fundamental;
- e) o secretário não seguiu a LDB, pois esta determina que quando sobram recursos vinculados, estes devem ser aplicados, preferencialmente, em obras de infra estrutura escolar.

102. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
- II. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento das condições satisfatórias de ensino, incluindo o número de professores em relação ao número de alunos.
- III. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III

- c) I, II e III
- d) II e III
- e) III, apenas

103. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- a) informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos;
- b) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- c) prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- d) assegurar o cumprimento quantitativo de dias letivos e horas-aula estabelecidos.

104. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica tem por finalidades, dentre outras, desenvolver o educando, condicionando sua mente e direcionando seu potencial produtivo para benefício de uma sociedade.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

105. Quanto à organização da educação nacional, a LDB, Lei nº 9.394/1996, dispõe no Título IV sobre as responsabilidades a serem compartilhadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Assim, de acordo com o art. 11: "oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental" compete à esfera:

- a) municipal;
- b) estadual;
- c) federal;
- d) particular;
- e) estadual e federal.

106. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

- II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.
- IV. ensino à distância somente para os educandos que não possam deslocar-se até o estabelecimento de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

107. Com base na atual LDB (Lei nº 9.394/1996) quanto ao tempo escolar destinado à oferta da educação básica, é obrigatório o cumprimento de:

- a) 8 anos e 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula e 200 dias letivos;
- b) 6 anos e pelo menos 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula e 200 dias letivos;
- c) 8 anos com 5 horas diárias de efetivo trabalho em sala de aula e aproximadamente 200 dias letivos;
- d) no mínimo 6 anos e no máximo 8 anos, com 8 horas de trabalho efetivo em sala de aula e 200 dias letivos;
- e) 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

108. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica não poderá organizar-se em séries anuais ou períodos semestrais. Ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

109. De acordo com o art. 56 do ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I. maus tratos envolvendo alunos;

- II. alunos que não simpatizem com seus professores;
- III. reiteração das faltas justificadas e evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- IV. elevados níveis de repetência.

Estão corretos:

- a) I e II;
- b) I e IV;
- c) II e III;
- d) II e IV;
- e) III e IV.

110. Analise a veracidade das afirmativas seguintes:

- I. O ensino fundamental têm por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II. O ensino fundamental, essencial na formação básica do cidadão, possibilita ao educando a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 5 (cinco) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e III
- d) I e II
- e) III, apenas

111. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria, portanto, é entendida como:

- a) ação assistencial e supletiva, isto é, destina-se a suprir uma injustiça social;
- b) direito de todos e dever do Estado;

- c) uma busca da democratização do conhecimento e do projeto de uma sociedade menos igual;
- d) uma luta a favor da discriminação social;
- e) um direito humano desnecessário, devendo ser prioridade alfabetizá-los.

112. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A escola poderá reclassificar os alunos, exceto quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

113. No tocante aos recursos financeiros para a Educação, o art. 69 da LDB determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar nunca menos de:

- a) 18%, 25%, 25% e 20% da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- b) 10%, 20%, 20% e 25% da receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- c) A União, 18%, os Estados, DF e Municípios, 25% da receita resultante de impostos;
- d) 18%, 25%, 20% e 20% da receita resultante de impostos;
- e) 18%, 25%, 25% e 25% do produto nacional bruto.

114. Verifique a veracidade das seguintes afirmativas:

- I. O ensino fundamental objetiva o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- II. O ensino fundamental têm por objetivo a formação básica do cidadão mediante o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- III. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 10(dez) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 7(sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III

- b) I e II
- c) II e III
- d) III, apenas
- e) II, apenas

115. O art. 70 da Lei nº 9.394/1996 considera como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com:

- a) subvenção às instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- b) programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica, e psicológica e outras formas de assistência social;
- c) obras de infra-estrutura, como asfalto de ruas em frente às escolas, conserto de calçadas, melhoria das instalações elétricas da rua;
- d) formações de quadros especiais para administração pública, sejam militares ou civis, inclusive de diplomatas;
- e) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.

116. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo, com isso, reduzir o número de horas letivas..

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

117. A "educação para todos", numa escola capaz de ensinar todos sem exclusão, ainda não é realidade para a maioria das crianças, adolescentes e jovens negros. Há situações expressas nos livros didáticos e surgidas em sala de aula que explicitam a discriminação no espaço escolar. A Constituição de 1998 determina a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e determina que a prática do racismo constitui:

- a) crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
- b) crime financiável e suscetível de graça ou anistia;
- c) crime inafiançável e hediondo, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
- d) ato de segregação moral e humano;
- e) ato imoral e desumano.

118. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. É proibido aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
- II. Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- III. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- IV. O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) I, II, III e IV
- d) II, III e IV
- e) III e IV

119. No que diz respeito ao processo de escolarização, a LDB em vigor declara que os currículos do ensino fundamental deverão:

- a) oferecer o ensino religioso obrigatório e ecumênico como parte da formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil;
- b) promover a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e a ordem democrática;
- c) alcançar a relação adequada entre o número de alunos e professores, a carga horária das disciplinas e as condições materiais do estabelecimento de ensino;
- d) controlar a frequência, conforme o disposto em seu regimento e nas normas dos respectivos sistemas de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento.

120. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada, dentre outras regras comuns, de acordo com a carga horária mínima

anual será de setecentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

- () FALSA.
() VERDADEIRA.

121.A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 26, estabelece que os currículos dos ensinos fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e:

- a) da economia e da clientela;
- b) da economia e dos docentes;
- c) do poder público e da clientela;
- d) do poder público e dos docentes.

122.Considere as afirmativas seguintes.

- I. O ensino médio objetiva a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- II. O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- III. O ensino médio, etapa final da educação básica, terá duração mínima de quatro anos.

Está (ao) correta (s):

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II, apenas
- e) III, apenas

123.A respeito da avaliação na educação infantil, é correto afirmar que::

- a) um instrumento de diagnóstico do nível de aprendizagem infantil com vistas à tomada de decisões sobre o acesso da criança ao ensino fundamental;
- b) Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental
- c) um relatório contendo os principais aspectos do desenvolvimento infantil, as conquistas na aprendizagem, que visa principalmente informar aos pais sobre o percurso escolar de seus filhos;
- d) a estratégia utilizada pela escola para, de acordo com cada criança, controlar o seu comportamento;
- e) uma ação escolar apropriada para o trabalho com crianças maiores e que não deve acontecer na educação infantil.

124. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar não pode admitir formas de progressão parcial, mesmo que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

125. Dentro da estrutura da Educação Nacional, o Conselho Nacional de Educação tem as seguintes atribuições, exceto:

- a) de supervisão, normatização e regulamentação de todas as instituições de educação superior em funcionamento no país;
- b) de supervisão do cumprimento das normas que regem a educação brasileira;
- c) de assessoramento ao MEC, na definição de políticas nacionais para educação brasileira;
- d) de assessoria à participação da sociedade no aprimoramento da educação nacional;
- e) de normatização, no que diz respeito ao regular funcionamento das instituições e cursos do sistema Federal de Educação.

126. Considere o que se afirma a seguir:

- I. O ensino médio objetiva o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- II. O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos

processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

- III. O ensino médio, etapa final da educação básica, terá duração mínima de quatro anos.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II, apenas
- d) III, apenas
- e) I e II

127. O CNE tem sua estrutura organizacional fixa definida por norma regimental que se encontra assim constituída:

- a) órgãos de assessoramento, com duas Comissões, duas Câmaras e um Colegiado Geral;
- b) órgãos Colegiados, com duas Câmaras, um Conselho Pleno e uma Secretaria Executiva;
- c) duas Câmaras, um Conselho Pleno para todas as deliberações e uma Secretaria Executiva;
- d) três Câmaras, duas Comissões e uma Presidência que delibera, em última instância, sobre as matérias em tramitação;
- e) quatro Câmaras deliberativas, uma presidência e uma Secretaria Executiva.

128. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Não poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, mesmo que o cronograma indique níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

129. Segundo o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, são atribuições exclusivas do CNE:

1. deliberar sobre o credenciamento do IES para ofertar cursos presenciais;
2. deliberar sobre o credenciamento do IES para ofertar a educação a distância;

3. construir os instrumentos de avaliação para autorização dos cursos superiores a distância;
4. julgar os recursos sobre a negativa de credenciamento de IES;
5. deliberar sobre o reconhecimento de cursos superiores presenciais.

Estão corretas as alternativas:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 4;
- c) 2, 3 e 4;
- d) 3, 4 e 5;
- e) 1,2 e 4.

130. Acerca das diretrizes do currículo do ensino médio, analise a veracidade das afirmativas seguintes:

- I. destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.
- II. adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.
- III. será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.
- IV. serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II, III e IV
- d) II, III e IV
- e) II e IV

131. Segundo os princípios normativos em vigor para o Sistema Federal de Ensino, as instituições de educação superior deverão ser credenciadas como:

- a) faculdades, centros universitário e universidades;
- b) faculdades e centros universitários;
- c) institutos, faculdades, faculdades integradas e universidades;

- d) faculdades, faculdades integradas e universidades;
- e) faculdades integradas, centros universitários e universidades.

132. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

133. Segundo a LDB, é mais correto afirmar que integram o Sistema Federal de Ensino:

- a) todas as Instituições de Educação Superior do País;
- b) as IES criadas e mantidas pela União e criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- c) as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- d) as IES criadas e mantidas pela União;
- e) as IES criadas e mantidas pela União e as filantrópicas e comunitárias.

134. Considere as afirmativas seguintes.

- I. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.
- II. Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, devendo serem observadas as normas estabelecidas para os sistemas e níveis de ensino em geral.
- III. Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- IV. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, somente em instituições especializadas.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II, III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) I e IV

135.É correto afirmar que a Educação Superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- a) cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente
- b) de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- c) de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- d) de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.
- e) Todas estão corretas

136.Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

137.Segundo o organograma do MEC, as universidades situam-se, formalmente, perante o Ministério, numa relação:

- a) subordinada;
- b) vinculada;
- c) submissa;
- d) supervisionada e vinculada;
- e) independente.

138. A educação Superior têm por finalidade:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio nacional e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I e II
- d) II e III
- e) I, II, III e IV

139. Segundo a LDB, somente não é correto afirmar:

- a) que os diplomas expedidos por universidades estrangeiras precisam ser revalidados em universidades públicas brasileiras;
- b) que os alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração de seus cursos;
- c) que os diplomas expedidos por universidades serão por elas próprias registrados;
- d) que os diplomas conferidos por instituições não universitárias deverão ser registrados em universidades;
- e) que as IES não aprovadas em avaliação feita pelo MEC serão sumariamente fechadas.

140. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto no art. 25..

() **FALSA.**

() VERDADEIRA.

141. Segundo o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, as competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação de todas as IES do Sistema Federal de Ensino serão exercidas pelas seguintes instâncias públicas, exceto:

- a) Ministério da Educação;
- b) Conselho Nacional de Educação;
- c) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- d) Conselhos profissionais de todas as profissões regulamentadas;
- e) Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

142. Analise a veracidade das afirmativas seguintes à respeito das finalidades da educação superior.

- I. A educação superior objetiva incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- II. A educação superior busca promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- III. A educação superior objetiva suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III

143. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e

estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

144. Segundo a LDB, das características a seguir, apenas uma é dispensável para uma IES se credenciar como universidade:

- a) produção científica e cultural institucionalizada;
- b) um terço do corpo docente em regime de tempo integral;
- c) um terço dos seus docentes, pelo menos, com título de doutor;
- d) gestão democrática de sua vida administrativa e acadêmica, no caso das universidades públicas;
- e) atividades institucionalizadas de extensão.

145. A educação superior têm por finalidade

- I. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.
- II. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade e compensação financeira.
- III. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) II e III
- c) II, apenas
- d) I e III
- e) I, II e III

146. Segundo preceito constitucional, presente na LDB, as universidades gozam da prerrogativa da autonomia, sendo-lhes

asseguradas, dentre outras, as seguintes atribuições, com exceção de apenas uma:

- a) criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos, sem que para tanto necessite de aval das autoridades do seu sistema;
- b) estabelecer-se fora de sua sede, sem que para isso necessite da autorização prévia das autoridades do seu sistema;
- c) fixar as suas normas de auto-regulamentação, bem como currículos dos seus cursos e programas;
- d) estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e de extensão;
- e) fixar o número de vagas de seus cursos, de acordo com a capacidade institucional e as exigências de seu meio.

147. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino da arte é de extrema importância para o desenvolvimento cultural dos alunos, mas não constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

148. A educação superior abrangerá os cursos

- I. seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, mesmo que não tenham concluído o ensino médio ou equivalente.
- II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.
- III. de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) I e II
- d) I, apenas
- e) II e III

149. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é muito importante no processo educacional, mas não representa componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática nula ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a quatro horas.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

150. Verifique a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.
- II. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente e automaticamente, sem necessidade de avaliação.
- III. Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.
- IV. No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) II, III e IV

151. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação física é extremamente importante, pois engloba conhecimentos que se aplicam à variadas faixas etárias e, por isso, passa a ser obrigatória para o aluno maior de trinta anos de idade.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

152. A respeito das afirmativas abaixo, considere:

1. As Instituições de Ensino Superior, segundo as normas em vigor, classificam-se em universidades, centros universitários e faculdades.
2. A autorização e o reconhecimento de cursos superiores e o credenciamento de Instituições de Ensino Superior dar-se-ão por prazo indeterminado.
3. Uma das atuais exigências para o credenciamento de uma instituição como universidade é que ela já seja centro universitário.
4. Para uma instituição receber a credencial de universidade é obrigatório, também, que possua pelo menos 1/3 de seu corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, 1/3 de seu corpo docente em regime de tempo integral, entre outros requisitos.

Está (ao) correta (s)

- a) se somente as afirmações 2 e 3 forem verdadeiras;
- b) se somente as afirmações 2 e 4 forem verdadeiras;
- c) se somente as afirmações 1, 2 e 3 forem verdadeiras;
- d) se todas as afirmações forem verdadeiras;
- e) se somente as afirmações 1, 3 e 4 forem verdadeiras.

153. Acerca da educação superior, considere.

- I. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos e cinquenta dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- II. As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.
- III. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora

especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) III, apenas

154. A respeito das afirmativas abaixo, considere:

1. A autorização prévia para funcionamento de curso de ensino superior é obrigatória para instituições sem autonomia didático-pedagógica e, ainda, para o funcionamento dos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Direito.
2. Os cursos seqüenciais são uma nova modalidade de curso superior e fornecem, sempre, diploma de conclusão.
3. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: cursos seqüenciais por campo do saber, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão.
4. As universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, fixar seus currículos, estabelecer planejamento para pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

Está (ao) correta (s)

- a) se somente as afirmações 2 e 3 forem verdadeiras;
- b) se somente as afirmações 2 e 4 forem verdadeiras;
- c) se somente as afirmações 1, 2 e 3 forem verdadeiras;
- d) se todas as afirmações forem verdadeiras;
- e) se somente as afirmações 1, 3 e 4 forem verdadeiras.

155. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação física é obrigatória ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

156. Leia as afirmativas a seguir.

1. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
2. O calendário acadêmico, na Educação Superior, deve prever um mínimo de 800 (oitocentas) horas de aulas por ano, em todos os cursos.
3. A IES pode criar módulos-aula diferenciados desde que, ao contabilizá-los para efeito da carga horária exigida de cada curso, estes atendam ao mínimo anual de 200 dias letivos.
4. As IES têm autonomia para definir a carga horária de seus cursos de bacharelado, já que as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada Curso não tratam especificamente dessa questão, devido ao princípio da autonomia e da flexibilidade.
5. Para os cursos de licenciatura, com exceção da Pedagogia, são exigidos um mínimo de 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, para sua integralização.

Sobre a duração dos cursos de ensino superior, as afirmativas corretas são:

- a) 1, 3 e 5;
- b) 1 e 4;
- c) 2 e 5;
- d) 1, 2 e 3;
- e) 1,3 e 4.

157. Analise a veracidade das afirmativas a seguir.

- I. É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.
- II. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, exceto a carga horária, que será reduzida em 50%.
- III. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) III, apenas
- e) II, apenas

158. Sobre a revalidação e reconhecimento no Brasil de diplomas obtidos em IES estrangeiras, é possível afirmar que:

- a) somente universidades públicas brasileiras podem revalidar diplomas de graduação e reconhecer diplomas de pós-graduação stricto-sensu;
- b) para revalidar diploma de graduação ou reconhecer diploma de pós-graduação, as universidades devem possuir curso do mesmo nível e área ou equivalente, reconhecidos, e avaliados positivamente pela Capes, no caso da pós-graduação. O processo deve ser disciplinado pelos seus Colegiados Acadêmicos;
- c) os diplomas só poderão ser revalidados e reconhecidos se houver acordos específicos entre o Brasil e o país de origem, assegurando esse direito;
- d) só podem ser revalidados diplomas obtidos por cidadãos brasileiros no estrangeiro, pois os estrangeiros não podem exercer profissões de nível superior no Brasil;
- e) quem revalida diplomas de graduação e reconhece diplomas de pós-graduação é o Ministério da Educação, que, para tanto, designa comissão de especialistas para analisar os pedidos formulados em processos através das suas Delegacias Regionais.

159. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, exceto das matrizes africana e européia.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

160. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), ao estabelecer as metas para a Educação Superior, destacou, com relação à expansão de vagas:

- a) ampliar a oferta de educação superior a pelo menos 50% da faixa etária de 18 a 24 anos;
- b) ampliar a oferta de vagas de educação superior na rede privada, para atingir pelo menos 50% dos egressos do ensino médio na década;
- c) equiparar o Brasil à Argentina, durante a década, pois esse país atende 40% da faixa etária de 18 a 24 anos com acesso irrestrito ao ensino superior;
- d) ampliar a oferta de educação superior a pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos e ampliar o setor público para que responda por, no mínimo, 40% do total de vagas;

- e) ampliar a oferta pública de vagas no ensino superior através das redes municipais, que atendem a apenas cerca de 6% da oferta.

161. Acerca dos diplomas de cursos superiores, analise a veracidade.

- I. Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.
- II. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.
- III. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.
- IV. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, sem necessidade de processo seletivo prévio.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) I e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

162. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

163. Um dos itens necessários à avaliação do ensino superior, ou de outro nível de ensino, é a existência de um projeto pedagógico, que pressupõe:

- a) um conjunto de atividades que tendem a um progressivo envolvimento de todos no processo, a partir de uma reflexão crítica;
- b) um conjunto determinado de atividades programadas e definidas por um gestor;
- c) um conjunto de condições para organização coletiva dos professores;
- d) um conjunto de reflexões sistemáticas sobre o processo de educação;
- e) estrutura e organização de matrizes curriculares.

164. No exercício de suas atribuições, está assegurando às universidades

- I. criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino.
- II. fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.
- III. estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II, apenas
- e) III, apenas

165. O processo de planejamento da educação superior, a partir de 1995, orienta-se por princípios gerais, segundo o Ministério da Educação, a saber:

- a) expansão, diversificação do sistema, avaliação, supervisão, qualificação e modernização;
- b) privatização, modernização, desregulamentação, flexibilidade e globalização;
- c) modernização, criação de centros de excelência e autonomia das instituições;
- d) avaliação de processos e não de resultados, diversificação do sistema, controle central por parte do MEC e modernização;
- e) modernização, controle por meio da avaliação, globalização e criação de centros de excelência.

166. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultativo o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

167. Constituem-se elementos de um Projeto Pedagógico universitário:

- a) diagnóstico, contextualidade, concepção de educação, estrutura e organização curricular;
- b) diagnóstico e proposta de formação continuada dos professores;
- c) contextualidade e proposta de trabalhos com alunos;
- d) diagnóstico, metas a alcançar e organização curricular;
- e) todas as alternativas estão corretas.

168. Está assegurando às universidades, no exercício de suas atribuições,

- I. estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
- II. fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio.
- III. Aceitar ou rejeitar o ingresso de indígenas ou afro descendentes, à critério dos dirigentes da instituição.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e III
- d) III, apenas
- e) I e II

169. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos (indígenas e africanos), tais como o estudo

da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

- () FALSA.
() VERDADEIRA.

170. Um item fundamental em um processo de Avaliação Institucional das IES é o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI, que deve estar intimamente articulado com os resultados da avaliação. Da composição do PDI, fazem parte:

- a) Diretrizes Gerais de Gestão Universitária, ensino, pesquisa, extensão e prática profissional;
- b) objetivos, metas e ações de todos os setores da Instituição;
- c) descrição detalhada e análise crítica em todo o processo de avaliação interna e externa;
- d) atividades detalhadas de apoio didático ao corpo docente;
- e) objetivos, metas, ações, cronograma e orçamento com as respectivas fontes de recurso de todo o período coberto pelo Plano.

171. Será permitido às universidades, no exercício de suas atribuições

- I. elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em acordo com as normas gerais atinentes.
- II. conferir graus, diplomas e outros títulos.
- III. firmar contratos, acordos e convênios.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e III
- d) II, apenas
- e) III, apenas

172. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

-) FALSA.
) VERDADEIRA.

173. É permitido às universidades, no exercício de suas atribuições

- I. aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais.
- II. administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos.
- III. receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I, apenas
- c) I e III
- d) I, II e III
- e) III, apenas

174. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

-) FALSA.
) VERDADEIRA.

175. Em um hospital público, foram criadas turmas para a educação de jovens e adultos, funcionários da instituição. Tal procedimento está de acordo com o art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/1996 porque:

- a) a integração ensino-serviço capacita os quadros profissionais para a atuação nas equipes de saúde da família;
- b) as instituições públicas recebem financiamento internacional para este fim;
- c) o Sistema Único de Saúde é subordinado ao texto da LDB;

- d) o Poder Público tem o dever de viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola;
- e) os jovens e adultos que desejam estudar têm garantia legal de, pelo menos, quatro horas de estudo diários.

176. As universidades poderão, no exercício de sua autonomia

- I. propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis.
- II. elaborar o regulamento de seu pessoal, em conformidade com normas gerais concernentes.
- III. aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II, apenas
- e) III, apenas

177. Na área de saúde, um projeto de educação permanente é de grande importância, proporcionando educação no trabalho, atualização, capacitação profissional de base e avançada. A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, mais particularmente no Capítulo III, abriu espaços para a educação profissional com inovações e oportunidades, porque:

- a) dá prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais exames na avaliação profissional;
- b) apresenta a alternativa de educação continuada para profissionais que tenham concluído o ensino médio em instituições privadas, sem ônus para o Estado;
- c) incentiva o trabalho de pesquisa e a investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como à criação e à difusão da cultura;
- d) propõe a organização do ensino profissional por ciclos estruturados de acordo com as competências que necessitam ser desenvolvidas no trabalhador;
- e) assegura que a educação profissional pode ser desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

178. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

179. A direção de uma faculdade municipal, localizada na capital de um estado, constatou que muitos professores da rede pública não tinham qualificação de nível superior. Por esse motivo, para atender à recomendação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 -, a direção da instituição decidiu iniciar alguns cursos de formação de professores, por meio de metodologia a distância, e encarregou determinada professora de coordenar o projeto. Essa professora iniciou seu trabalho com uma reflexão acerca das características dos textos que seriam utilizados no material dos cursos para, em seguida, partilhar suas reflexões com os elaboradores desse material. A partir da situação apresentada e com relação às características do material didático utilizado nos cursos a distância, julgue os itens a seguir.

- a) O material didático poderá ser apresentado em vários suportes e ajustar-se à comunicação educacional multimídia.
- b) A educação a distância (EaD) será sempre inferior à educação presencial porque não permite que professores e alunos possam construir significados compartilhados na interação face a face.
- c) A elaboração de textos para a EaD tem de partir de pressupostos corretos quanto aos antecedentes socioculturais e sociolingüísticos dos educandos.
- d) Na elaboração do material didático para a EaD, recomenda-se evitar - reiterações e repetições para que os leitores não se sintam entediados.
- e) O texto adequado na EaD muitas vezes tem um caráter parafrástico na medida em que se presta à mediação entre os textos acadêmico-científicos e os leitores.

180. Está assegurado às universidades, no exercício de sua autonomia

- I. elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais.
- II. adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento.

- III. realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos.
- IV. Aceitar ou rejeitar o ingresso de indígenas ou afro descendentes, a critério dos dirigentes da instituição.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) I, II e III

181. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O nível de ensino mais beneficiado com a EaD em todo o mundo é o ensino fundamental para crianças e adultos.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

182. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

183. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Apesar da importância da EaD, ainda não foi criada pelo Ministério da Educação (MEC) uma secretaria para formular uma política para essa modalidade de ensino.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

184. Analise a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.
- II. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.
- III. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.
- IV. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de 9 horas semanais de aulas.

Está (ao) correta (s):

- a) I, III e IV
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) II e IV

185. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A associação de projetos de EaD de larga escala a instituições de ensino convencionais locais facilita o tratamento de problemas oriundos de diferenças culturais.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

186. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos seis horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

187. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Em vista das novas tecnologias utilizadas em educação, o texto escrito vem sendo, rapidamente, abandonado como material didático básico nos projetos de EaD, no Brasil e em todo o mundo.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

188. A respeito da Educação Especial, verifique a veracidade das afirmativas a seguir.

- I. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
- II. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
- III. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de um a sete anos, durante a educação infantil.

Está (ao) correta (s):

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) I, II e III

e) III, apenas

189. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

No desenvolvimento de tecnologias educacionais, empregam-se, sucessivamente, ferramentas do tipo: texto escrito, televisão e áudio; sistemas de multimeios; e comunicação mediada pelo computador.

() **FALSA.**

() **VERDADEIRA.**

190. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

191. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A tecnologia educacional é um veículo que transporta um meio que, por sua vez, constitui uma forma particular de apresentar e organizar o conhecimento.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

192. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

- I. professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental
- II. trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III. trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II, apenas
- e) III, apenas

193. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A TV Escola é apoiada por uma linha editorial e oferece, aos sábados e domingos, o programa Escola Aberta.

- () **FALSA.**

() VERDADEIRA.

194. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de dois anos, terá como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

195. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Proinfo tem como objetivo principal permitir aos professores e alunos da rede pública acesso à telemática como uma ferramenta de melhoria da qualidade do ensino.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

196. Verifique a veracidade das afirmativas seguintes.

- I. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, duzentas horas.
- II. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.
- III. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) I e II
- d) II e III
- e) III, apenas

197. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A Lei nº 9.394/1996 atribui exclusivamente aos estados a incumbência de realizar programas de formação para professores em exercício, com a utilização, também para isso, dos recursos da EaD.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

198. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

199. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Em cursos em que se utiliza a tecnologia educacional, esta é vista, prioritariamente, como uma finalidade e, secundariamente, como um recurso.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

200. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
- II. A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada receita do governo que a transferir.

- III. Serão consideradas incluídas nas receitas de impostos as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.
- IV. Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

Está (ao) correta (s):

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) III e IV
- e) I, II e III

201. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A escola tem um papel importante na orientação dos alunos e deve ser um espaço de mediação entre os programas de TV e as crianças e jovens.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

202. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

203. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Um dos objetivos da exibição de um vídeo em uma aula é o de estimular o estudo posterior do tema abordado.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

204. A respeito dos recursos financeiros, verifique a veracidade das proposições abaixo.

- I. Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuidos, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.
- II. As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada bimestre do exercício financeiro.
- III. O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) II e III
- c) II, apenas
- d) III, apenas
- e) I e III

205. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A preparação geral para o trabalho e, obrigatoriamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

- () **FALSA.**
() **VERDADEIRA.**

206. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, delega à escola e seus sujeitos a responsabilidade da elaboração de seu Projeto Pedagógico. No que se refere à participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, construção coletiva, considerando os arts. 12, 13 e 14, é incorreto afirmar que:

- a) os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com suas peculiaridades, incluindo a participação dos profissionais das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes;

- b) os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com os princípios estabelecidos nacionalmente, de modo a manter uma unidade curricular e a evitar o pluralismo de concepções pedagógicas;
- c) os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e de cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- d) os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, terão a incumbência de informar os pais sobre a execução de sua proposta pedagógica.

207. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.
- II. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino.
- III. uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino, bem como realização de eventos festivos para a comunidade e para os alunos matriculados na respectiva instituição.
- IV. levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

208. O art. 37. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se à educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio, na idade própria. É incorreto afirmar que os exames a que se refere esse artigo:

- a) serão realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 anos;

- b) serão realizados no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de 18 anos;
- c) terão os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais aferidos e reconhecidos;
- d) serão realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 18 anos.

209. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade regional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior dentro da respectiva região.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

210. No art. 23 da LDB nº 9.394/1996, no tocante à organização dos estudos, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar e ainda a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Neste artigo, podemos afirmar que está presente o princípio da:

- a) subordinação;
- b) flexibilidade;
- c) oposição;
- d) conformação;
- e) participação.

211. Serão consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas destinadas a

- I. realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino.

- II. concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
- III. amortização e custeio de operações de crédito, bonificação para os dirigentes da instituição e realização de eventos festivos destinados ao lazer dos alunos matriculados na instituição e à comunidade.
- IV. aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

212. Segundo Libâneo (2009), o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional através da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Ele é fruto de discussões dos educadores sobre o papel que a escola deve desempenhar em todos os níveis e modalidades de ensino. Tratando-se de uma política educacional macro, o referido Plano tem como objetivos:

- a) a elevação global do nível de escolaridade da população;
- b) a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- c) a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação da comunidade escolar em conselhos escolares;
- d) a redução das dificuldades sociais e regionais no tocante ao acesso à escola pública e à permanência com sucesso;
- e) as questões A, B, C e D se complementam, portanto, são as únicas corretas.

213. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

214. Conforme o art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/ 1996), o ano letivo regular, nas Instituições de Ensino Superior, será:

- a) de duzentos dias de trabalho acadêmico, efetivo, excluindo o período reservado aos exames finais;
- b) de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, respeitando o ano civil;
- c) de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, incluindo o período reservado aos exames finais;
- d) de, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o período reservado aos exames finais;
- e) de, no máximo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo.

215. Verifique a veracidade das afirmativas abaixo.

- I. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.
- II. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.
- III. A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão máximo de qualidade.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) II, apenas
- e) I e II

216. A sociedade brasileira tem acompanhado, nos últimos anos, discursos que defendem a aplicação de testes educacionais unificados nacionalmente, com o objetivo de aferir o desempenho

dos alunos nos diferentes graus de ensino, para controlar a qualidade do ensino ministrado nas escolas brasileiras. Entretanto, a determinação de critérios de avaliação revela a posição, as crenças e a visão de mundo de quem a propõe. Os exames nacionais em vigor enfatizam a medição do desempenho escolar por meio de testes padronizados que os vinculam a uma concepção objetivista de avaliação, pois atualmente a educação brasileira realiza avaliações nacionais em três graus de ensino: o SAEB, no ensino fundamental, o Enem, no ensino médio, e o Enade, no ensino superior. Diante dessas avaliações, é correto afirmar que:

- a) as avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados estatísticos de comprovação dos resultados, visando elaborar os relatórios aos organismos que financiam a educação brasileira;**
- b) as avaliações realizadas pelo estado avaliador servem para demonstrar dados qualitativos sobre o desempenho dos alunos das escolas municipais de ensino, visando elaborar os relatórios aos organismos que financiam a educação brasileira;**
- c) as avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados estatísticos qualitativos sobre o desempenho dos alunos das escolas estaduais de ensino, visando elaborar relatórios aos organismos que financiam a educação brasileira;**
- d) as avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados quantitativos com uma análise sobre o desempenho dos alunos das escolas estaduais, federais e privadas, visando elaborar relatórios aos organismos que financiam a educação brasileira;**
- e) as questões b e d se complementam, portanto, são as únicas corretas.**

217. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

- () FALSA.**
- () VERDADEIRA.**

218. A educação superior está expressa nos arts. 43 a 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos

e técnicos e comunicando-os por meio do ensino. Nesse sentido, a Educação Superior abrange os seguintes cursos e programas:

- a) cursos seqüenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- b) cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- c) cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- d) cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino;
- e) as alternativas a, b c e d se complementam, portanto, são as únicas corretas.

219. Considere as proposições abaixo.

- I. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.
- II. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.
- III. Os discentes da educação superior não poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, podendo, no entanto, exercer funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) II, apenas
- e) III, apenas

220. O art. 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que a carga horária semanal mínima nas instituições públicas de ensino superior, que o professor deverá cumprir em sala de aula, é:

- a) trinta horas semanais;
- b) oito horas semanais;
- c) vinte horas semanais;

- d) dez horas semanais;
- e) vinte e quatro horas semanais

221. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

222. Projeto Político-Pedagógico ou Proposta Pedagógica ou somente Projeto Pedagógico são expressões comumente usadas entre os educadores, e a LDB nº 9.394/1996 reforça sobre essa necessidade, no seu art. 12, quando dispõe: " ... elaborar e executar a sua proposta pedagógica". No tocante à necessidade de construção e implementação dessa "identidade" escolar, o relacionamento da escola com a comunidade precisa ser encaminhado por intermédio de práticas de gestão participativa. Portanto, são indicadores de uma gestão participativa:

- I. a escola realiza o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações escolares de forma participativa, organizada e sistemática, envolvendo unicamente todos os professores e alunos para assegurar a autenticidade da proposta dos sujeitos do processo escolar;
- II. a escola define, representada pelos especialistas da educação, sua função, valores, princípios, objetivos e os adota como orientadores de suas ações, tornando-as evidentes em seu cotidiano;
- III. a escola mantém parcerias com entidades, empresas, instituições diversas, visando à melhoria de gestão escolar, o enriquecimento do currículo escolar e a aprendizagem dos seus alunos;
- IV. a escola estimula e apóia a organização dos alunos e outros segmentos para que atuem em ações conjuntas, solidárias, cooperativas e comunitárias.

Estão incorretas apenas as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;

- c) II e IV;
- d) I, III e IV;
- e) II, III e IV.

223. Sobre as disposições transitórias, verifique a veracidade das afirmativas abaixo.

- I. Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.
- II. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições da Lei específica no prazo máximo de dois anos, a partir da data de sua publicação.

Está (ão) correta (s):

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) II, apenas
- e) III, apenas

224. Ivani, em seus estudos sobre concepção e práticas pedagógicas, afirma: "O pensar e o agir interdisciplinar se apóiam no princípio de que nenhuma fonte do conhecimento é, em si mesma, completa e de que, pelo diálogo com outras formas de conhecimentos, de maneira a se interpenetrarem, surgem novos desdobramentos na compreensão da realidade e sua representação". Portanto, podemos basicamente entender o sentido de interdisciplinaridade como:

- a) trabalho cooperativo e em equipe com justaposição de conteúdos;
- b) trabalho isolado de cada professor em sua área de conhecimento;
- c) adoção de um único método de trabalho por várias disciplinas;
- d) princípio que estabelece o sentido de unidade na diversidade, mediante uma visão de conjunto, que permita ao homem fazer sentido dos conhecimentos e informações dissociados e até mesmo antagônicos que vem recebendo, de tal modo que possa reencontrar a identidade do saber na multiplicidade de conhecimento;
- e) as alternativas a e b estão corretas.

225. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

- () FALSA.
() VERDADEIRA.

226. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em novembro de 1968 e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A finalidade da autarquia é captar recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante. A maior parte dos recursos do FNDE provém do salário-educação, com o qual todas as empresas estão sujeitas a contribuir, pois o fundo mantém alguns programas educacionais (LIBÂNEO, 2009). Os programas são:

- a) Programa Nacional Biblioteca Escolar e Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- b) Programa de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino;
- c) Programa Nacional de Transporte Escolar;
- d) Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Saúde do Escolar;
- e) As questões a, b, c e d se complementam, sendo, portanto, todas corretas.

227. Os institutos superiores de educação manterão:

- I. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental.
- II. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica.
- III. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.
- IV. programas de educação à distância para os alunos impossibilitados de deslocamento até o estabelecimento de ensino.

Está (ao) correta (s):

- a) I, II e IV

- b) II, III e IV
- c) II e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

228. A legislação educacional brasileira, embora traduza normativamente determinada concepção, não expressa o significado de sistema de ensino. Na Lei nº 9.394/1996, o termo sistema refere-se à administração, em diversas esferas: sistema de ensino: federal, estadual ou municipal. O art. 8º da LDB em vigor estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Nesse sentido, segundo LIBÂNEO (2009), o Sistema Federal de Ensino é composto de instituições mantidas pela União. São elas:

- I. Universidades Federais e instituições isoladas de ensino superior;
- II. Centros Federais de Educação Tecnológica;
- III. estabelecimentos de ensinos fundamental e médio vinculados às universidades;
- IV. escolas técnicas federais e agrotécnicas;
- V. Colégio Pedro II e instituições de educação especial.

É verdadeiro afirmar que:

- a) apenas a questão II está correta;
- b) todas as questões estão corretas;
- c) apenas as questões I, III e IV estão corretas;
- d) apenas a questão I está correta;
- e) todas as questões estão incorretas.

229. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação de jovens e adultos deverá articular-se, obrigatoriamente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

230. De acordo com o art. 16 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o sistema federal de ensino compreende:

- I. as instituições de ensino mantidas pela União;
- II. as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III. os órgãos federais de educação;
- IV. as instituições de educação infantil;
- V. as instituições de ensino médio.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- a) todas estão corretas;
- b) apenas I, II e III estão corretas;
- c) apenas a I está correta;
- d) apenas a I e V estão corretas;
- e) todas estão incorretas.

231. Verifique a veracidade das afirmativas abaixo.

- I. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- III. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Está (ao) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III

232. O art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que a educação deverá:

- a) vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social;
- b) obedecer à demanda que o mercado necessita para aumento de sua produção na sociedade;
- c) vincular-se ao mundo do trabalho para atendimento das demandas sociais de produção;
- d) propiciar formação geral e específica em todas as etapas do ensino;
- e) dispor-se à formação específica para produtividade do País.

233. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

234. De acordo com o art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação da comunidade escolar e locais de conselhos ou equivalentes; participação dos diretores das unidades de ensino na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- III. participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I;
- d) II;
- e) II e III.

235. Complete a lacuna:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado, dentre outras formas, mediante garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de de idade.

- () **menos de cinco anos**
- () **zero a seis anos**
- () **um a sete anos**

236. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante, dentre outras, a garantia de:

- a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito,
- b) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- c) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, obrigatoriamente, na rede regular de ensino;
- d) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- e) garantia do direito à educação independente da idade.

237. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, exceto no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudo.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

238. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, estabelece que os sistemas de ensino deverão definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, devendo ser pautadas por princípios. Dentre estes, destaca-se:

- a) a tomada de decisão é do administrador escolar, visto que ele responde legalmente pela escola;
- b) a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- c) a participação de todos os docentes e alunos nas reuniões do Conselho de Classe das escolas;
- d) as decisões devem ser tomadas pelos especialistas em educação, pois formam um colegiado interno da escola;
- e) o projeto político-pedagógico das escolas deve ser definido pela Secretaria de Educação.

239. Complete a lacuna:

É função da(o) assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

- União**
- Estado**
- Estabelecimento de ensino em colaboração com os municípios**

240. Como sabemos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/ 1996, tem sofrido muitas críticas que apontam avanços e outras, retrocessos. O alargamento da concepção de Educação Básica com a ampliação do número de anos e etapas de escolarização tem sido considerado um avanço. Nessa lei, a Educação Básica compreende:

- a)** educação infantil, ensino de 1º grau e ensino profissionalizante;
- b)** pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio;
- c)** educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- d)** pré-escolar, ensino de 1º grau e educação especial;
- e)** educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

241. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e, principalmente, ao nível de escolaridade.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

242. Muito se tem falado sobre a interdisciplinaridade e sobre como vem sendo pensada na organização curricular. Sobre o pensar interdisciplinar, pode-se dizer que este exige um projeto no qual não se ensina nem se aprende, vive-se, exerce-se.

Pode-se dizer também que o pensar interdisciplinar:

- a) parte do princípio de que o conhecimento é em si mesmo racional e verdadeiro;
- b) considera o conhecimento científico como uma proposição que se sobrepõe às práticas cotidianas;
- c) considera o conhecimento do senso comum inválido, já que este se afasta da racionalidade;
- d) parte do diálogo com outras formas de conhecimento, permitindo que se interpenetrem;
- e) parte da interlocução entre os sujeitos do conhecimento apresentando um componente disciplinar.

243. Complete a lacuna:

Está entre as atribuições da(o) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.

- () Estado
- () União

244. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

245. Complete a lacuna:

É função da(o) assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

- () União
- () Estado
- () Estabelecimento de ensino em colaboração com os municípios

246. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação superior têm por finalidade incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, bem como promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

247. Complete a lacuna:

Cabe autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

- à União**
 ao Estado

248. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A organização formal da educação escolar, no Brasil, é composta de dois níveis: educação básica e superior, e esta, por sua vez, se apresenta em quatro modalidades: cursos de graduação, de pós-graduação, seqüenciais e cursos e programas de extensão.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

249. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, sem necessidade de processo seletivo prévio.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

250. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão consultivo, normativo e deliberativo do Ministério da Educação, que atua no âmbito das políticas para a educação superior, enquanto os Conselhos Estaduais de Educação atuam em cada Unidade da Federação, no âmbito da educação básica.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

251. Complete a lacuna:

É função dos participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

- Docentes**
- Municípios**
- Órgãos dirigentes vinculados ao Estado**

252. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

As instituições privadas de ensino superior integram o Sistema Federal de Ensino.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

253. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

254. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O processo de legalização, na educação superior, ocorre através da autorização e do reconhecimento dos seus cursos, assim como do credenciamento das suas instituições pelo poder público, representado pelo Ministério da Educação ou por outro órgão regional através de delegação de atribuições.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

255. Complete a lacuna:

Cabe aos elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

- Docentes**
- Municípios**
- Órgãos dirigentes vinculados ao Estado**

256. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

257. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Um dos dilemas contemporâneos das instituições de educação superior é o de promover a expansão quantitativa de matrículas, cumprindo a função social de democratização do saber e a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos, sem comprometer o padrão de qualidade. Nesse sentido, a reserva de vagas (cotas), nas universidades públicas, para egressos das redes públicas de educação básica e grupos étnicos tradicionalmente discriminados, se insere nessa política e já está implantada em todas as Instituições de educação superior estaduais e federais.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

258. Complete a lacuna:

É competência dos zelar pela aprendizagem dos alunos.

- Docentes**
- Municípios**
- Órgãos dirigentes vinculados ao Estado**

259. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

As Instituições de Educação Superior (IES), no Brasil, se enquadram nas seguintes categorias: universidades, centros universitários, faculdades integradas e unidades isoladas (faculdade, instituto ou escola) e todas elas podem ser públicas ou privadas, sendo que a exigência de oferecimento de ensino, pesquisa e extensão se aplica apenas às universidades.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

260. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

261. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Compete ao Conselho Nacional de Educação estabelecer diretrizes curriculares para os cursos de graduação.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

262. Complete a lacuna:

É atribuição dos estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

- () **Órgãos dirigentes vinculados ao Estado**
- () **Municípios**
- () **Docentes**

263. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério da Educação, que, dentre outras funções, coordena a política de avaliação da educação superior.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

264. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino não assegurarão aos educandos com necessidades especiais terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, mas, em virtude de suas deficiências, um sistema de aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados poderá ser adotado.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

265. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (Fies) são dois programas federais que executam uma política de expansão das matrículas no ensino superior, através do financiamento de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda das instituições de ensino superior públicas e privadas.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA.**

266. Complete a lacuna:

Cabe aos ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

- Professores (docentes)**
- Órgãos dirigentes dos estabelecimentos de ensino**

267. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

268. Complete a lacuna:

Cabe aoscolaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

- Professores (docentes)**
- Municípios**
- Órgãos dirigentes municipais vinculados ao estado**

269. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

No ensino superior, o ano e o semestre letivos têm, respectivamente, 200 e 100 dias de trabalho acadêmico efetivo.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

270. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, exceto condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

271. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Embora as instituições universitárias em geral se caracterizem pela diversidade de campos do saber, a legislação em vigor admite a existência de universidades especializadas por campos do saber.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

272. Complete a lacuna:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

- cinco anos**
 seis anos
 sete anos

273. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Autonomia didático-científica é um atributo de todas as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, universitárias ou não-universitárias.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

274. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

275. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

As instituições públicas de ensino superior deverão, na forma da lei, adotar modelo democrático de gestão através de órgãos colegiados,

nos quais terão participação os diferentes segmentos da comunidade institucional, sendo que os professores ocuparão 70% dos assentos desses mesmos órgãos.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

276. Complete a lacuna:

A educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até de idade.

- dois anos**
- três anos**
- quatro anos**

277. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas com fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e arrecadamento financeiro pelo Poder Público.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

278. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A extensão universitária tem um papel fundamental na produção de novos conhecimentos através da pesquisa básica e aplicada.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

279. Complete a lacuna:

A educação infantil será oferecida em pré-escolas, para as crianças de anos de idade.

- três a quatro**
- quatro a seis**
- cinco a sete**

280. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, dependendo sempre do apoio às instituições.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

281. Complete a lacuna:

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

- com o objetivo**
- sem o objetivo**

282. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

283. Complete a lacuna:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

- 8 (oito) anos**
- no mínimo 7 (sete) anos**
- 9 (nove) anos**

284. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Ministério da Educação lançou recentemente o Programa Universidade Aberta, incentivando o oferecimento de cursos de graduação a distância, dentro de uma política de expansão de matrículas no ensino superior e, assim sendo, qualquer instituição já credenciada para o oferecimento de cursos presenciais poderá oferecê-los na modalidade a distância.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

285. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas que se destinam a remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

286. Complete a lacuna:

Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

- cento e cinqüenta dias**
 duzentos dias
 duzentos e cinqüenta dias

287. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas que se destinam a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, bem como bonificação de funcionários e realização de eventos festivos para lazer de alunos e da comunidade.

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

288. Complete a lacuna:

Caberá à União assegurar,, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

- mensalmente
- semestralmente
- anualmente

289. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Serão consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas que se destinam a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.

- FALSA.
- VERDADEIRA.

290. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O reconhecimento dos cursos de graduação ou a renovação do seu reconhecimento é concedido a partir de uma avaliação feita pelo Ministério da Educação, da infra-estrutura, dos currículos e da qualificação dos docentes.

- FALSA.
- VERDADEIRA.

291. Complete a lacuna:

Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de semanais de aulas.

- seis horas
- sete horas
- oito horas

292. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Serão consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas que se destinam a formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos.

- FALSA.

VERDADEIRA.

293. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Os professores das instituições públicas de ensino superior são obrigados pela LDB/1996 a cumprir uma carga horária mínima de 12 horas-aula semanais.

FALSA.

VERDADEIRA.

294. Complete a lacuna:

A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de anos, durante a educação infantil.

um a cinco

zero a seis

um a sete

295. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Alunos da educação superior com extraordinário desempenho nos estudos poderão ser submetidos a uma banca examinadora especial e ter os seus estudos abreviados por dispensa de cursar componentes curriculares.

FALSA.

VERDADEIRA.

296. Complete a lacuna:

Atribuições de autonomia universitária ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa.

não poderão

poderão

297. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos devem seguir um padrão estabelecido nacionalmente, seja na forma, seja no conteúdo, independentemente das instituições, exigência que se justifica em função da validade dos diplomas em todo território nacional.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

298. Complete a lacuna:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

- vinte por cento**
- vinte e cinco por cento**
- trinta e cinco por cento**

299. Complete a lacuna:

A respeito dos recursos financeiros, as diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada do exercício financeiro.

- bimestre**
- trimestre**
- semestre**

300. Complete a lacuna:

Acerca da arrecadação de impostos, o repasse dos recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês do caixa da União para o órgão responsável pela educação deverá ser efetuado até o dia.

- décimo**
- décimo segundo**
- vigésimo**

301. Complete a lacuna:

Sobre a arrecadação de impostos, o repasse dos recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês do caixa da União

para o órgão responsável pela educação deverá ocorrer até o dia.

- décimo quinto**
- vigésimo**
- trigésimo**

302. Complete a lacuna:

Com relação à arrecadação de impostos, o repasse dos recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês do caixa da União para o órgão responsável pela educação deverá ser efetuado até o dia do mês subsequente.

- décimo**
- décimo quinto**
- vigésimo**

303. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, são princípios norteadores da elaboração dos currículos dos cursos de graduação, fixação prévia de, pelo menos, 90% dos conteúdos obrigatórios que comporão os currículos;

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

304. Complete a lacuna:

..... despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas destinadas à pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão.

- Constituirão**
- Não constituirão**

305. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, são princípios norteadores da elaboração dos currículos dos cursos de graduação:

Aumento da duração dos cursos em, pelo menos, um semestre, face ao notável avanço do conhecimento;

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

306. Complete a lacuna:

..... despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas destinadas à programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.

- constituirão**
 não constituirão

307. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, são princípios norteadores da elaboração dos currículos dos cursos de graduação:

Fortalecimento da articulação entre teoria e prática na formação profissional;

- FALSA.**
 VERDADEIRA.

308. Complete a lacuna:

..... despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas destinadas à obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.

- constituirão**
 não constituirão

309. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, são princípios norteadores da elaboração dos currículos dos cursos de graduação:

Definição de competências e habilidades necessárias aos egressos de cada curso;

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

310. Complete a lacuna:

..... consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino despesas destinadas à pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- constituirão**
- não constituirão**

311. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, são princípios norteadores da elaboração dos currículos dos cursos de graduação:

Exigência da inclusão de experiências extra-escolares como forma de enriquecimento da formação acadêmica.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

312. Complete a lacuna:

Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de anos.

- três**
- quatro**
- seis**

313. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem as seguintes características:

É um importante instrumento de gestão, que tem por objetivo garantir a qualidade acadêmica das suas instituições

- FALSA.**

VERDADEIRA.

314. Complete a lacuna:

A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, horas.

- duzentas
- duzentas e cinquenta
- trezentas

315. Complete a lacuna:

O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a de idade.

- 16 (dezesesseis) anos
- 17 (dezesete) anos
- 18 (dezoito) anos

316. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem as seguintes características:

Define quatro dimensões a serem avaliadas: as instituições, os cursos, o desempenho dos estudantes e os egressos com mais de dois anos de conclusão do curso;

- FALSA.
- VERDADEIRA.

317. Complete a lacuna:

É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos anos de idade, no ensino fundamental.

- cinco
- seis
- sete

318. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem as seguintes características:

Elaborar avaliação interna e externa das instituições de educação superior

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

319. Complete a lacuna:

Os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de do percentual permitido em lei.

- quarenta por cento**
- cinquenta por cento**
- cinquenta e cinco por cento**

320. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem as seguintes características:

É coordenada por uma comissão nacional e, em cada instituição de ensino superior, haverá uma comissão própria de avaliação.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

321. Complete a lacuna:

O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de do total de horas letivas para aprovação.

- sessenta por cento**
- sessenta e cinco por cento**
- setenta e cinco por cento**

322. Em sintonia com as demandas educacionais contemporâneas e com as orientações da Unesco para Políticas Educacionais do Novo Milênio, a LDB nº 9.394/1996 definiu um projeto educacional que busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento e exercício de cidadania, formação ética e autonomia.

Nesse sentido, sobre a proposta pedagógica evidenciada na atual LDB é correto afirmar:

- a) a proposta pedagógica ganha ênfase dentro do Sistema Educacional Brasileiro e consolida-se uma mudança de paradigma: a ênfase desloca-se da aprendizagem para o ensino;
- b) a LDB nº 9.394/1996 tira das escolas a liberdade e a responsabilidade de elaborar sua proposta pedagógica, excluindo o currículo e incluindo a organização escolar;
- c) a proposta pedagógica é um processo individual e pontual que visa articular intenções, conteúdos curriculares, competências, meios e recursos financeiros, físicos e didáticos;
- d) a proposta pedagógica é determinada por um grupo específico que planeja as ações das Secretarias de Educação de cada localidade, é articuladora de tempo, espaço, ritmos, recursos humanos e recursos materiais;
- e) a proposta pedagógica é a forma pela qual se exerce a autonomia, em um contexto específico com alunos reais. A ênfase se desloca do ensino para a aprendizagem.

323. Com a promulgação da Nova LDB, o Sistema Educacional Brasileiro resgata, em um novo contexto, as preocupações pedagógicas, dando às escolas uma autonomia nos aspectos financeiro, administrativo e pedagógico. Nesse sentido, é correto afirmar que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica:

- a) autonomia pedagógica e administrativa com restrições a gestão financeira, observadas as normas gerais no Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) autonomia administrativa e financeira com moderação na gestão pedagógica, observadas as normas pedagógicas estabelecidas na LDB;
- c) autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público;
- d) autonomia total na gestão financeira com restrições na gestão administrativa, observadas as normas gerais do regimento escolar;
- e) autonomia pedagógica e de gestão financeira com total liberdade no gerenciamento das ações propostas pela comunidade escolar e demais colegiados.

324. Sobre Planejamento e Política Educacional na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu art. 8º, é correto afirmar:

- a) a União organizará isoladamente todos os sistemas de ensino;
- b) caberá aos municípios a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis da educação básica;
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino;
- d) a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração unicamente com os municípios;
- e) a União, no prazo de dez anos, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação.

325. O Planejamento e Política Educacional na Lei nº 9.394/1996, no seu art. 12, determina sobre a incumbência dos estabelecimentos de ensino:

- a) elaborar o Plano Nacional de Educação e encaminhar ao Congresso Nacional;
- b) elaborar e executar sua proposta pedagógica, informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- c) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e aos Planos Educacionais da União e dos Estados;
- d) coordenar a Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas de ensino;
- e) exercer a função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

326. Considerando as responsabilidades atribuídas à União, aos Estados e aos Municípios, às escolas e aos professores na nova LDB, aponte as incumbências das diferentes funções de Política e de Planejamento exercidas por esses atores, assinale assim, a alternativa correta:

- a) a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, os Estados incumbir-se-ão de elaborar e executar Políticas e Planos Educacionais, os Municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino; as escolas, respeitando as normas comuns e a dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Os docentes incumbir-se-ão de elaborar um regime de colaboração com a União, o Plano Nacional de Educação;
- b) a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, os Estados incumbir-se-ão de informar aos pais e responsáveis sobre a frequência dos alunos, os Municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino; as escolas, respeitando as normas comuns e a

dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Os docentes incumbir-se-ão de elaborar um regime de colaboração com a União, o Plano Nacional de Educação;

- c) a União incumbir-se-á de elaborar o Projeto Político Pedagógico, os Estados incumbir-se-ão de elaborar e executar Políticas e Planos Educacionais, os Municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino; as escolas; respeitando as normas comuns e a dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Os docentes incumbir-se-ão de elaborar um regime de colaboração com a União, o Plano Nacional de Educação;
- d) a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, os Estados incumbir-se-ão de elaborar e executar Políticas e Planos Educacionais, os Municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino; as escolas, respeitando as normas comuns e a dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Os professores incumbir-se-ão de elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- e) a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, os Estados incumbir-se-ão de elaborar e executar Políticas e Planos Educacionais, os Municípios incumbir-se-ão de elaborar e executar sua proposta pedagógica; as escolas, respeitando as normas comuns e a dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Os docentes incumbir-se-ão de elaborar um regime de colaboração com a União, o Plano Nacional de Educação.

327. As Diretrizes Curriculares Nacionais, para o curso de Pedagogia, Parecer CNE/ CP nº 5/2005, aprovadas em 13 de dezembro de 2005, determinam o campo de atuação do pedagogo, estabelecendo que o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para:

- a) exercer funções de magistério nos anos terminais da Educação Fundamental e nos cursos do Ensino Médio;
- b) exercer funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental;
- c) exercer funções de magistério na educação fundamental;
- d) exercer funções de magistério na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio na modalidade normal, de educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- e) exercer funções de magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio na modalidade normal, de

educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

328. Assinale a alternativa que corresponde às finalidades da educação básica, de acordo com a Lei nº 9.394/1996.

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- b) Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica.
- c) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais.
- d) Desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- e) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológicas geradas na instituição.

329. Para a garantia da autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir sobre assuntos pertinentes ao funcionamento e às atividades da universidade. Caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir sobre:

- a) criação de planos de carreira docente;
- b) criação, expansão, modificação e extinção dos cursos;
- c) programação das pesquisas e atividades de expansão;
- d) autorização e reconhecimento dos cursos;
- e) contratação e dispensa de professores.

330. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior que se caracterizam por:

- a) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- b) cinquenta por cento do corpo docente em tempo de regime integral;
- c) dois terços do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado;
- d) todo o corpo docente em regime integral;
- e) exclusivamente pelo trabalho de produção científica de seu corpo docente, sem relação com o tipo de vínculo mantido por ele com a instituição ou sua titulação.

331. A valorização dos profissionais da educação será assegurada através dos planos de carreira do magistério público. Dentre as garantias descritas a seguir, assinale a que está incluída.

- a) Progressão funcional por tempo de serviço.
- b) Piso salarial de acordo com o salário mínimo.
- c) Ingresso por concurso público de provas e títulos e/ou experiências anteriores.
- d) Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária.
- e) Condições de trabalho adequadas à situação financeira da região.

332. Com relação aos níveis de ensino profissionalizante, assinale a alternativa que representa a formação em nível superior.

- a) Formação inicial e continuada de trabalhadores.
- b) Educação profissional técnica de nível médio.
- c) Educação básica profissionalizante.
- d) Ensino Médio profissionalizante.
- e) Ensino tecnológico.

333. Analise as proposições acerca da educação profissional e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. Proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação.
- II. Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos.
- III. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.
- IV. Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.
- V. Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas.

- a) Apenas I é verdadeira.
- b) Apenas II é verdadeira.
- c) Apenas I é verdadeira.
- d) Apenas II, III e IV são verdadeiras.

e) Apenas I, II, IV e V são verdadeiras.

334. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Compete somente aos Municípios, com a assistência da União, zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

() **FALSA**

() **VERDADEIRA**

335. Educação profissional é a educação, institucionalizada ou não, que visa ao preparo do homem para a vida profissional. Compreende três etapas independentes, mas perfeitamente distintas: formação profissional, treinamento e aperfeiçoamento ou desenvolvimento profissional.

Acerca das etapas da educação profissional anteriormente referidas e tendo em consideração os processos e propriedades estruturais dos grupos em uma organização formal, assinale a opção incorreta.

- a) A formação profissional é a etapa na qual o homem se prepara para o exercício de uma profissão.
- b) O treinamento é a etapa na qual o homem se adapta ao exercício de uma função.
- c) O desenvolvimento profissional é a etapa na qual o homem se aperfeiçoa para o ou no exercício de uma carreira.
- d) A formação, o treinamento e o desenvolvimento profissional são etapas que se complementam no exercício da vida profissional.
- e) O aperfeiçoamento é uma etapa que independe das demais.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio dessa modalidade de educação. Tal resolução baseia-se na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

336.No tocante ao que preconiza a LDB, assinale a opção correta, considerando o texto acima.

- a) O Estado deve garantir a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos.
- b) Jovens e adultos devem se adequar à disponibilidade estrutural das escolas.
- c) Jovens e adultos trabalhadores devem encontrar horários de trabalho para cursar a escola regular.
- d) É responsabilidade de jovens e adultos, por estarem fora da faixa etária legal, a permanência na escola.
- e) Compete aos jovens e adultos informar à escola que não tiveram acesso ao sistema escolar.

337.Em relação à educação de jovens e adultos à luz da LDB, assinale a opção correta.

- a) Os sistemas de ensino assegurarão aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, mediante taxas específicas previstas em lei.
- b) Para evitar privilégios, não poderão ser consideradas as condições de trabalho dos jovens e adultos beneficiados com a oferta de educação profissional.
- c) Ao trabalhador será garantida a possibilidade de acesso à educação profissional.
- d) É vedada a educação profissional no ambiente de trabalho.
- e) O pedagogo deve informar ao Estado todos os dados dos trabalhadores jovens e adultos insuficientemente escolarizados que fazem parte da organização.

338.Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a coordenação da política nacional da educação, articulando as funções normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais e aos diferentes níveis educacionais.

() **FALSO**

() **VERDADEIRO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, em alguns de seus artigos, reforça as questões da gestão participativa e da autonomia.

Na área de jovens e adultos, a participação de todos os agentes organizacionais é ainda mais urgente. A vivência, a cultura, as práticas e as relações sociais fazem do colaborador, jovem ou adulto, um aliado da organização em todos os processos.

339. Em relação à educação de jovens e adultos nas organizações de trabalho, marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

O ensino deve ser orientado segundo a necessidade do aluno, sendo este ativo e responsável pela construção de sua própria aprendizagem.

FALSO

VERDADEIRO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, em alguns de seus artigos, reforça as questões da gestão participativa e da autonomia.

Na área de jovens e adultos, a participação de todos os agentes organizacionais é ainda mais urgente. A vivência, a cultura, as práticas e as relações sociais fazem do colaborador, jovem ou adulto, um aliado da organização em todos os processos.

340. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Com o objetivo de levar em consideração as potencialidades de todos os alunos, os planejamentos instrucionais devem ser rígidos e especializados.

FALSO

VERDADEIRO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, em alguns de seus artigos, reforça as questões da gestão participativa e da autonomia.

Na área de jovens e adultos, a participação de todos os agentes organizacionais é ainda mais urgente. A vivência, a cultura, as práticas e as relações sociais fazem do colaborador, jovem ou adulto, um aliado da organização em todos os processos.

341. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A avaliação, diagnóstica e formativa, deve guiar o ensino e aprimorar a aprendizagem das partes envolvidas.

FALSO

VERDADEIRO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, em alguns de seus artigos, reforça as questões da gestão participativa e da autonomia.

Na área de jovens e adultos, a participação de todos os agentes organizacionais é ainda mais urgente. A vivência, a cultura, as práticas e as relações sociais fazem do colaborador, jovem ou adulto, um aliado da organização em todos os processos.

342. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Os padrões de desempenho, definidos de forma independente pelos planejadores pedagógicos, devem ser claros, explícitos e adequados ao contexto organizacional.

FALSO

VERDADEIRO

343. A educação não é a simples transmissão da herança dos antepassados, sobretudo, é o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho. Sobre o ato pedagógico é correto afirmar que:

- a) é uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tornando complexa a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade;
- b) é uma atividade sistemática e nem sempre intencional de interação entre seres sociais, tornando possível a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade;
- c) é uma atividade intencional de interação entre seres sociais, tornando complexa a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade;
- d) é uma atividade sistemática e intencional de interação entre seres sociais, tornando possível a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade.

344. Deve-se à Constituição brasileira a inovação do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Os legisladores se deram conta da importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do indivíduo e das consequências desfavoráveis que vivem grande parte da população brasileira. Ainda em relação aos avanços da Constituição brasileira é correto afirmar que:

- a) a Constituição brasileira prevê o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais preferencialmente na rede regular de ensino;
- b) a Constituição brasileira prevê o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais preferencialmente na rede regular de ensino apenas no âmbito da educação infantil;
- c) a Constituição brasileira prevê o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais somente em instituições especializadas para este fim;
- d) a Constituição brasileira prevê o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais preferencialmente nas escolas da rede regular de ensino que se colocarem à disposição para o atendimento a estes educandos.

345. Segundo a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, é correto afirmar que:

- a) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para os estudos superiores;
- b) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para a vida;
- c) a educação, dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- d) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

346. Pela Lei nº 9.394/1996 a educação básica poderá organizar-se em series anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Em função dessa flexibilização é correto afirmar que:

- a) a Lei nº 9.394/1996 está apostando na criatividade dos sistemas de ensino e nas iniciativas da sociedade civil;
- b) a Lei nº 9.394/1 996 não aposta na criatividade dos sistemas de ensino e nas iniciativas da sociedade civil;
- c) a Lei nº 9.394/1996 está ultrapassada pois no Brasil todas as iniciativas previstas na referida lei já acontecem há um bom tempo;
- d) a Lei nº 9.394/1996 não leva em conta que a sociedade civil não tem competência para influenciar positivamente no cotidiano escolar.

347. O projeto político pedagógico é um instrumento que deve ser implementado na perspectiva de uma educação para a cidadania. Com essa compreensão é correto afirmar que:

- a) o projeto político pedagógico precisa ser construído inclusive por interferência política partidária. Um processo sempre inconcluso e se possível parcial;
- b) o projeto político pedagógico não nega o instituído coletivamente, que é a sua história, seus atores. O projeto político pedagógico não deve confrontar o instituído com o instituinte;
- c) o projeto político pedagógico precisa ser construído sem interferência política.
- d) Um processo sempre inconcluso e se possível imparcial;
- e) o projeto político pedagógico não nega o instituído coletivamente, que é a sua história, seus atores. O projeto político pedagógico sempre confronta o instituído com o instituinte.

348. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder público e privado.

() **FALSA**

() **VERDADEIRA**

349. A educação contemporânea vive um desafio global. Para viver esse tempo presente, o pedagogo precisa engajar as crianças, os jovens e os adultos para viver no mundo da diferença e da solidariedade entre diferentes. A educação tem de ser local como ponto de partida, mas tem de ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Com essa compreensão é correto afirmar que:

- a) a educação precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade pragmática;

- b) a educação precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade planetária;
- c) a educação precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade escolástica;
- d) a educação precisa preparar o cidadão para participar de uma sociedade linear.

350. No dia 20 de dezembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depois de oito anos de discussões no Congresso Nacional. Assim, segundo a nova LDB, é correto afirmar que em relação aos níveis escolares a educação brasileira compõe-se de:

- a) educação infantil e ensino superior;
- b) educação básica e educação superior;
- c) ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior;
- d) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

351. Conforme a Constituição Brasileira, a União organizará e financiará o Sistema Federal de Ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. Ainda é correto afirmar que, de acordo com a Constituição brasileira, os Municípios atuarão prioritariamente no:

- a) ensino fundamental e educação a distância;
- b) ensino fundamental e creches;
- c) ensino fundamental e educação superior;
- d) ensino fundamental e educação infantil.

352. A oferta de educação pelo Poder Público municipal deve cobrir, com prioridade:

- a) a educação infantil e o ensino fundamental;
- b) a educação infantil;
- c) o ensino fundamental;
- d) o ensino médio;
- e) toda a educação básica.

353. O percentual máximo de faltas que o aluno dos ensinos fundamental e médio pode acumular, sem que alcance o status de "reprovação por faltas", é:

- a) 25% do total de horas previstas para o período letivo;
- b) 75% do total dos dias previstos para o período letivo;
- c) 25% do total dos dias previstos para o período letivo;
- d) 75% do total da carga horária de cada disciplina prevista para o período letivo;
- e) 25% do total de carga horária de cada disciplina prevista para o período letivo.

354. Na organização do currículo escolar brasileiro observa-se que:

- I. cada sistema de ensino e suas respectivas escolas têm ampla liberdade para definir seus componentes integradores. Orientação essa que firma o princípio da flexibilidade curricular propugnada pela LDB e confirma a tendência contemporânea de diversificação das fontes do currículo;
- II. língua estrangeira moderna é componente obrigatório em toda a extensão da educação básica, o que se justifica pelo crescente processo de planetarização das relações internacionais, seja no âmbito econômico, seja no âmbito cultural;
- III. mediante ajuste da proposta pedagógica da disciplina Educação Física à faixa etária da população escolar, a mesma passa a ser de caráter obrigatório aos cursos noturnos.

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) Somente a assertiva II está correta.
- c) Somente a assertiva III está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

355. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Compete somente aos Estados, com a assistência da União, zelar junto aos pais responsáveis ou responsável, pela frequência à escola

- () FALSA
- () VERDADEIRA

356. O ensino religioso, por força de lei, compreende o currículo escolar brasileiro da seguinte forma:

- I. sua oferta é obrigatória a todas as escolas integrantes do sistema municipal de ensino, não obstante ser de matrícula facultativa;
- II. é disciplina obrigatória a todas as escolas de ensino fundamental, não obstante ser de matrícula facultativa;
- III. sua operacionalização deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedada qualquer forma de proselitismo.

- a) Somente a assertiva I completa corretamente o enunciado.
- b) Somente a assertiva II completa corretamente o enunciado.
- c) Somente a assertiva III completa corretamente o enunciado.
- d) As assertivas I e III completam corretamente o enunciado.
- e) As assertivas II e III completam corretamente o enunciado.

357. O processo nacional de avaliação do rendimento escolar nos ensinos fundamental e médio, previsto na LDB como incumbência da União, vem identificado, respectivamente, através dos seguintes instrumentos:

- a) Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Exame Nacional de Cursos (ENC);
- b) Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- c) Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- d) Avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, realizada no decorrer do período letivo, o que se caracteriza como Avaliação Paralela;
- e) Todas as alternativas acima respondem corretamente à questão.

358. Considerando os termos do Título IV da LDB, que trata da Organização da Educação Nacional, observa-se no rol de incumbências da União a tarefa de "estabelecer em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios competências e diretrizes para a educação infantil, os ensinos fundamental e médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum"; tarefa essa que se revela cumprida através da definição pelo MEC:

- I. dos elementos constitutivos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada do currículo escolar brasileiro;
- II. do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil;

- III. dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
- IV. dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- a) As alternativas I, II, III respondem corretamente ao enunciado.
- b) As alternativas II, III e IV respondem corretamente ao enunciado.
- c) As alternativas I, III e IV respondem corretamente ao enunciado.
- d) Somente a alternativa I responde corretamente ao enunciado.
- e) Todas as alternativas respondem corretamente ao enunciado.

359. Quanto à educação especial, a LDB estabelece:

- I. exclusividade de oferta na rede oficial de ensino, o que representa fator de cidadania, à medida em que promove a inclusão social;
- II. obrigatoriedade de serviço de apoio especializado na rede oficial de ensino, com vistas ao melhor atendimento e garantia de promoção da clientela, independente do tipo de deficiência que nela se registre;
- III. o atendimento oficial na rede regular de ensino tem início a partir de 7 anos, uma vez que a faixa etária anterior exige maiores cuidados, tanto para o aluno deficiente quanto para o não deficiente.

- a) Somente a alternativa I responde corretamente à questão.
- b) Somente a alternativa II responde corretamente à questão.
- c) Somente a alternativa III responde corretamente à questão.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

360. A educação profissional de nível técnico destina-se a:

- a) orientação geral para o trabalho de alunos vinculados ao ensino fundamental;
- b) proporcionar formação profissional a alunos egressos do ensino fundamental;
- c) habilitar para o exercício de profissões, alunos concluintes de cursos tecnológicos;
- d) promover reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- e) proporcionar habilitação profissional a alunos vinculados ou egressos do ensino médio.

361. A educação profissional de nível técnico está regulamentada com as seguintes características, exceto:

- a) suas diretrizes curriculares estão associada às políticas de desenvolvimento econômico do país;
- b) considera o aluno, jovem ou adulto, como cidadão produtivo;
- c) representa a dimensão primeira do ensino médio;
- d) é uma modalidade de educação complementar à educação básica;
- e) sustenta o itinerário formativo em matrizes curriculares pautadas nos princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

362. A Constituição brasileira assegura que o Estado deve garantir "a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional", além de proteger "as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras" (art. 215). A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 também reafirma o exercício desses direitos, introduzindo, inclusive, a referência à tolerância como princípio da educação.

A partir desses pressupostos, analise os seguintes tópicos:

- I. atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, exclusivamente em estabelecimentos de ensino voltados para esse fim;
- II. oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- III. desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa que recuperem as memórias históricas de comunidades e povos indígenas e a valorização de suas línguas e ciências;
- IV. garantia de ingresso dos alunos que realizaram a educação básica em escolas públicas nas universidades públicas, com 50% de reserva de vagas.

Dentre esses tópicos, está(ão) contido(s) na LDB nº 9.394/1996:

- a) II, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) III e IV, apenas;
- e) II, III e IV, apenas.

363. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a Educação Escolar é composta pela Educação Básica (formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e pela Educação Superior. Com relação à Educação Profissional, pode-se afirmar que

- a) está inserida na educação básica, visto que ela pode ser realizada concomitantemente ao ensino médio;
- b) compõe o ensino médio, já que pode ser realizada de forma integrada a ele;
- c) é uma modalidade de educação complementar às outras, podendo ser articulada ou integrada ao ensino médio;
- d) faz parte da educação superior, considerando a oferta de cursos de tecnologia.

364. São princípios que nortearam a reformulação curricular do ensino médio, expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB:

- I. a formação do aluno, tendo como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação;
- II. a preponderância da formação geral em detrimento da formação específica;
- III. a consolidação dos conhecimentos, tendo como objetivo central a formação propedêutica;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e dos processos produtivos, através do ensino da Organização Científica do Trabalho.

Estão corretas:

- a) I, II, III e IV;
- b) II, III e IV;
- c) II e IV;
- d) I e II.

365. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

- () FALSA
- () VERDADEIRA

366. Analise os seguintes critérios a serem observados na verificação do rendimento escolar para o ensino fundamental e médio, segundo a LDB.

- I. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- II. Possibilidade de aproveitamento de estudos, concluídos com êxito, e de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- III. Obrigatoriedade dos estudos de recuperação ao final do período letivo, para casos de baixo rendimento escolar.

Está (ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I;
- b) II;
- c) I e II;
- d) II e III.

367. Sobre as características do ensino técnico e do ensino tecnológico, NÃO se pode afirmar que o(a):

- a) ensino tecnológico envolve o domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo de atividade humana;
- b) formação tecnológica está diretamente relacionada aos interesses da produção, conduzindo ao treinamento do trabalhador para o processo produtivo;
- c) ensino técnico possui uma conotação de formação para o trabalho, através do domínio do "como" e do "que" fazer no processo produtivo;
- d) formação tecnológica relaciona-se aos artefatos culturais e sociais que carregam consigo as relações de poder, intenções e interesses diversos.

368. Sara, aluna com deficiência da áudio comunicação cursava pela terceira vez a 1ª série do ensino fundamental de uma escola pública de ensino fundamental, quando os pais foram chamados pela Direção da escola que sugeriu que a criança fosse matriculada em uma escola privada especializada para alunos surdos, localizada perto da escola que estudava.

Os pais se recusaram a tirar a filha da escola pública, argumentando que ela já tinha constituído grupo de amigos, que poderia, inclusive, ajudá-la no processo de ensino-aprendizagem.

Essa atitude dos pais de Sara pode ser considerada

- a) correta, pois o ECA recomenda que, mesmo com baixo rendimento escolar, é preferível manter a criança com deficiência em escola pública comum, pois é nessa escola que acontece a formação cidadã;
- b) incorreta, porque o LDB no seu art. 58, § 3º, garante que o atendimento escolar sem restrições à criança com deficiência, só é previsto na escola regular, durante o período de educação infantil e, portanto, de zero a seis anos de idade;
- c) incorreta, pois a Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário, propõe que as crianças com deficiências sejam atendidas em estabelecimentos especializados, arcando o Estado com o ônus financeiro desse atendimento;
- d) incorreta, por parte da Direção da escola, pois as teorias científicas demonstram que a criança surda aprende tanto quanto as outras crianças, porém de forma mais lenta, não se constituindo problema, portanto, a sua não promoção à série seguinte por vários anos seguidos;
- e) correta, pois a CF e a LDB garantem o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

369. Entre as características das Diretrizes Curriculares para o ensino médio, mencionadas a seguir, indique a alternativa incorreta.

- a) Articulam a base comum nacional do currículo com sua parte diversificada.
- b) Retomam a natureza eminentemente técnica e profissional dessa etapa da educação.
- c) Procuram conciliar humanismo e tecnologia no final da educação básica.
- d) Fundam-se nos princípios de identidade, diversidade e autonomia enquanto estruturadores do currículo.
- e) São subsídios para elaboração das propostas pedagógicas de ensino médio no país.

370. Conforme a lei nº 9.394/1996, a expressão educação básica significa:

- a) as modalidades educação profissional, educação de jovens e adultos e educação especial;
- b) o ensino fundamental público, gratuito e obrigatório para todo cidadão brasileiro;
- c) primeiro nível da educação constituído por educação infantil, e os ensinos fundamental e médio;

- d) a educação pública, obrigatória destinada à população de sete a catorze anos no Brasil;
- e) todos os níveis e modalidades de educação vigentes nos sistemas públicos de ensino.

371. Não é uma incumbência da União:

- a) organizar e manter órgãos do sistema federal de ensino;
- b) organizar, manter e desenvolver instituições oficiais do sistema federal;
- c) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- d) elaborar, em colaboração com os outros entes, o Plano Nacional de Educação;
- e) assegurar o ensino fundamental e oferecer como prioridade a educação infantil.

372. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996:

- a) extingue a organização de turmas por série nos estabelecimentos e sistemas de ensino;
- b) considera a Educação de Jovens e Adultos (EJA) o terceiro nível do ensino básico;
- c) preconiza que a avaliação deve privilegiar aspectos qualitativos frente aos quantitativos;
- d) torna compulsória a profissionalização em toda a Educação Básica pública ou privada;
- e) proclama que a educação infantil é direito líquido e subjetivo de todo cidadão brasileiro.

373. Conforme a seção V (arts. 37 e 38) da Lei nº 9.394/1996, a estrutura e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atualidade:

- a) mantém os cursos e exames supletivos de ensino fundamental e médio;
- b) deve ser oferecida para adolescentes em classes ou turmas de aceleração;
- c) é a última etapa da educação básica e tem como finalidade a profissionalização;
- d) em sua estrutura comporta em três níveis: básico, técnico e o tecnológico;
- e) constitui-se como um direito e é o primeiro nível da educação escolar no Brasil.

374. Uma das alternativas abaixo não diz respeito à efetivação do princípio de gestão democrática na escola. Assinale-a.

- a) Participação e envolvimento dos profissionais da educação na discussão e elaboração do projeto pedagógico.
- b) Vinculação entre educação escolar, o trabalho, a prática social, inclusão e projetos de aceleração.
- c) Participação e envolvimento da comunidade escolar e local na composição dos o conselhos escolares.
- d) Articulação entre família e comunidade criando processos de integração entre sociedade e escola.
- e) Envolvimento da comunidade escolar e usuária na tomada de decisões e enfrentamento dos desafios da realidade escolar.

375. A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio poderá se dar das seguintes formas, EXCETO:

- a) integrada, oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso técnico cursado na mesma instituição de ensino que o ensino médio, com matrícula única;
- b) concomitante, oferecida a quem já tenha concluído o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio na mesma ou em outra instituição, com matrículas distintas;
- c) subsequente, para quem já tenha concluído o ensino médio;
- d) pós-médio, oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio e deseja a certificação de tecnólogo.

376. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas , supervisão e de avaliação e atividade permanente, criado por lei.

() **FALSA**

() **VERDADEIRA**

377. A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade de ensino, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial. São exemplos de iniciativas públicas na área da EJA:

- I. Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado no período da ditadura, tinha autonomia em relação ao MEC.
- II. Fundação Educar - antecede o Mobral, tinha como foco a educação continuada.

- III. Ensino Supletivo - promovido pelo MEC a partir da Lei nº 5.692/1971.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III.

378. A articulação da educação com o mundo do trabalho constitui-se base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza do qual fazemos parte. Considera-se uma forma de articular a educação e o trabalho, efetivamente:

- a) oferta de cursos profissionalizantes curtos, sem vinculação com a educação formal;
- b) procura das demandas imediatas do mercado de trabalho para a oferta de cursos técnicos;
- c) integração da educação básica à educação profissional, através da formação para as mudanças técnico-científicas;
- d) implantação de currículos no ensino profissional com novas metodologias que atendam rapidamente às demandas do mercado.

379. A chamada terceira geração da educação a distância é caracterizada pela incorporação de:

- a) fitas de áudio e de vídeo, videocassete;
- b) redes de satélite, Internet, multimídias;
- c) telefone, fax, correios;
- d) televisão, rádio, cinema.

380. É CORRETO afirmar que a Legislação brasileira sobre Educação dispõe que:

- a) os certificados e diplomas de cursos a distância de nível fundamental e médio têm validade somente no Estado em que forem emitidos;
- b) os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional ou de graduação serão oferecidos por instituições especificamente credenciadas para esse fim;
- c) os exames finais dos rendimentos dos alunos de todas as disciplinas ofertadas para integralização de cursos superiores, para fins de promoção, certificação ou diplomação, poderão ser aplicados presencialmente ou a distância;

- d) 50% da carga horária prevista para a integralização de um curso superior na modalidade presencial pode ser realizada a distância.

381. É CORRETO afirmar que, na educação a distância, quando se diz que o processo de ensino/aprendizagem é mediatizado, isso significa que

- a) a interação entre os alunos e a instituição ofertante do curso é realizada com o auxílio das mídias eletrônicas;
- b) a relação entre professor e aluno é indireta, o que exige o uso de recursos didáticos, meios eletrônicos ou impressos para compensar a distância entre ambos;
- c) diversas mídias são utilizadas para estimular e motivar o aluno;
- d) diversos meios de comunicação são adotados como complemento ou apoio à ação do professor, em sua interação pessoal e direta com os alunos.

382. Costuma-se ressaltar que, na educação a distância, a distância física deixou de ser a principal característica do processo ensino/aprendizagem.

É CORRETO afirmar que essa mudança se deve, principalmente, à:

- a) diversidade e amplitude da oferta de cursos com a eliminação de um número maior de requisitos de acesso aos cursos, de modo a atender uma população numerosa dispersa e com níveis de aprendizagem diferenciados;
- b) elaboração e produção de materiais impressos de alta qualidade, usando a linguagem própria da modalidade e apresentando recursos visuais que facilitam a aprendizagem dos alunos;
- c) estruturação do sistema de tutoria, que orienta o aluno em suas dificuldades, monitora seu desenvolvimento no curso e lhe propõe atividades de recuperação;
- d) utilização de novas tecnologias, que permitem a comunicação, de forma síncrona ou assíncrona, entre os alunos, entre os alunos e os professores ou tutores, entre os alunos e as instituições.

383. É INCORRETO afirmar que, entre os elementos considerados constitutivos da educação a distância, se inclui(em)

- a) a tutoria acadêmica;
- b) as aulas presenciais;
- c) o material didático;
- d) os meios de comunicação.

384. É CORRETO afirmar que os programas de educação a distância se caracterizam:

- a) pela adoção de um projeto político-pedagógico com explicitação da proposta pedagógica e dos critérios de avaliação da aprendizagem;
- b) pela disponibilidade de material didático impresso e por meio de suporte eletrônico;
- c) pela flexibilidade com que permite ao aluno gerenciar seu tempo e espaço de estudo, bem como seu ritmo de aprendizagem;
- d) pelo uso de computadores para a realização de atividades propostas no curso e para contato com os professores.

385. É CORRETO afirmar que a transmissão de uma videoconferência com desktop envolve o uso de:

- a) um receptor e uma antena parabólica, que captam sinais gerados em um ponto e os transmitem, por satélite, a uma televisão que se encontra em uma telessala, localizada em outro ponto;
- b) um videocassete ou um OVO e uma fita de vídeo ou um CO-ROM, em que se grava uma conferência proferida por um especialista, e uma televisão, que servirá para a veiculação da referida conferência;
- c) uma sala em cada localidade geográfica dotada de computador, câmera de vídeo para captação de imagem, microfone para captação de áudio e monitor para acompanhar sons e imagens vindos de outro ponto;
- d) uma sala equipada com data show, tela de projeção e aparelho de som, que permitem projetar a conferência que está sendo gerada em um outro ponto.

386. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os Estados incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual e municipal

() FALSA

() VERDADEIRA

387. Considerando-se os recursos telemáticos síncronos e assíncronos usados na educação a distância, é CORRETO afirmar que:

- a) na audioconferência, participantes de um ponto podem ouvir, ver e falar, em tempo real, com participantes de outros pontos, o que a torna um instrumento de comunicação síncrono;

- b) nas listas de discussão, as pessoas deixam recados, que ficam arquivados para que um outro participante possa acessá-los posteriormente, identificar o recado que lhe foi dirigido, comunicar o recebimento deste e fazer comentários sobre ele;
- c) no correio eletrônico, as mensagens ficam armazenadas e podem ser acessadas em tempos diferentes daqueles em que foram redigidas, mas, nelas, é impossível inserir fotos, figuras e sons;
- d) nos fóruns de discussão, as pessoas escrevem suas opiniões e comentários sobre uma afirmação ou questão inicial, que ficam expostas, e cada novo comentário pode merecer respostas específicas e resultar em uma linha de discussões.

388. Analise esta proposição e os itens que a complementam:

Entre os tratamentos diferenciados aplicáveis à educação a distância podem ser incluídos

- I. os custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II. a reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelas empresas de telefonia;
- III. a concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- IV. a reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A partir dessa análise, pode-se concluir que NÃO está previsto no art. 80 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) o tratamento explicitado no item

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) IV.

389. Considere o grau de interação pessoal que proporcionam aos usuários a videoconferência, o fax e o telefone:

Nesse caso, em ordem decrescente desse grau de interação, a seqüência CORRETA desses recursos de comunicação deve ser

- a) fax, telefone e videoconferência;

- b) telefone, fax e videoconferência;
- c) telefone, videoconferência e fax;
- d) videoconferência, telefone e fax.

390. Considerando-se os pressupostos básicos da Educação a Distância, é INCORRETO afirmar que:

- a) o aluno é um ser dotado de autonomia, capaz de organizar internamente informações retiradas do mundo físico e cultural;
- b) o esforço próprio do aluno é suficiente para garantir seu sucesso no curso, o que dispensa a organização de apoios à sua aprendizagem;
- c) o professor exerce as funções de criador, partícipe e avaliador de situações didáticas que satisfaçam as necessidades e interesses dos alunos;
- d) os tipos de mídias e linguagens a serem adotados devem ser consoantes com a matriz epistemológica ou a linha pedagógica implementada no curso.

391. Segundo a LDB - nº 9.394/1996, a educação básica NÃO poderá se organizar:

- a) em séries anuais;
- b) em períodos semestrais;
- c) ciclos, alternância regular de períodos de estudos;
- d) grupos não seriados;
- e) em períodos não presenciais.

392. NÃO se constitui característica do Projeto Político Pedagógico:

- a) tempo de permanência do docente na escola;
- b) participação de todos da escola;
- c) ter flexibilidade;
- d) conter princípios pedagógicos;
- e) ser resultado da discussão de toda comunidade escolar.

393. Os PCNs foram criados pelo MEC e possibilitam, EXCETO:

- a) subsidiar o professor na organização do trabalho com os alunos em sala de aula;
- b) assessorar o professor na ampliação do horizonte de seus alunos;
- c) fundamentar as discussões na escola para a elaboração do planejamento escolar, reuniões etc.;
- d) dar oportunidade aos alunos para estabelecer conexões, fazer relações, favorecendo abertura e flexibilidade a uma nova proposta;

- e) fazer a conexão entre o que se ensina na sala de aula e o mundo tal como ele é nos dias de hoje.

394. "Na educação infantil, muitas vezes o aluno mistura o aprendizado com a brincadeira."

Fundamentando-se nessa citação, é INCORRETO afirmar:

- a) na educação infantil a brincadeira existe no horário do recreio;
- b) sempre que se brinca, aprende-se algo;
- c) a experiência do brincar na escola auxilia a formação de vínculos entre alunos e professores;
- d) a brincadeira apresenta-se como um estímulo à aprendizagem;
- e) os projetos pedagógicos na educação infantil podem sugerir jogos e brincadeiras.

395. São características de um trabalho escolar democrático, EXCETO:

- a) descentralização das atividades;
- b) flexibilidade nas ações educativas;
- c) elaboração do Projeto Político Pedagógico em parceria com os alunos, pais e comunidade;
- d) autonomia dos profissionais;
- e) centralização de decisões, de organização do trabalho educativo.

396. "A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção."

Para, EXCETO:

- a) possibilitar as escolas uma adaptação maior com rampas e banheiros apropriados para os deficientes;
- b) respeitar as diferenças;
- c) construir uma sociedade mais justa e igualitária;
- d) estar com, interagir com o outro;
- e) permitir que todos ocupem o seu espaço na sociedade.

397. Complete a lacuna:

A respeito da organização da educação nacional, cabe ao Distrito Federal as mesmas competências referente(s).....

- () aos Estados
- () aos Municípios
- () aos estados e aos Municípios

398. Temas transversais são:

- a) novos assuntos, novas matérias criadas pelos PCNs;
- b) assuntos criados pelos PCNs para serem discutidos nas matérias: Língua Portuguesa e História;
- c) alguns temas que deverão atravessar as disciplinas de História e Geografia ao longo do ano;
- d) assuntos que devem percorrer todas as disciplinas;
- e) assuntos tratados extracurricularmente.

399. Segundo a LDB - nº 9.394/1996, os sistemas municipais de ensino compreendem, EXCETO:

- a) as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público municipal;
- b) as instituições do ensino fundamental e médio mantidas pelo poder público municipal;
- c) as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- d) os órgãos municipais de educação;
- e) as instituições de educação infantil mantidas pelo Estado.

400. Ao prescrever que: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores", a Lei nº 9.394/1996 - LDB, refere-se ao aluno:

- a) do ensino fundamental e do ensino médio desde que em curso presencial;
- b) do ensino fundamental e do ensino médio
- c) da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental;
- d) de qualquer etapa e modalidade do nível contemplado na lei;
- e) de curso de suplência, desde que seja em idade de desenvolvimento.

401. A Lei nº 9.394/1996 - LDB em um de seus artigos afirma: "Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum nacional, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela." De acordo com o enunciado assinale a alternativa correta.

- a) Os currículos a que se refere a Lei devem abranger, obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

- b) A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular obrigatório da educação básica.
- c) A História e Geografia são de caráter obrigatório, porém deverão se adequar a cada região ou comunidade em que vivem os alunos.
- d) A arte é componente curricular opcional nos diversos níveis de ensino.
- e) As alternativas A e B estão corretas.

402. Segundo a LDB - nº 9.394/1996, a educação escolar compõe-se de:

- a) educação básica, educação infantil, educação superior;
- b) educação Infantil, ensino médio, ensino superior;
- c) educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e educação superior;
- d) educação superior e ensino médio;
- e) ensino fundamental, ensino médio, educação superior.

403. A avaliação na educação infantil, segundo a LDB - nº 9.394/1996, far-se-á:

- a) através de acompanhamento efetivo dos alunos com o objetivo de promoção;
- b) acompanhando e registrando o desenvolvimento do aluno sem o objetivo de promoção;
- c) através de provas e testes preparados pela escola e pela equipe pedagógica;
- d) através de testes e registros usando a promoção para o ensino fundamental;
- e) através de testes orais e escritos para que a criança tenha acesso ao ensino fundamental.

404. Na definição de finalidades e objetivos da instituição universitária, a LDB nº 9.394/1996 explicita como sua função e seu compromisso o incentivo ao trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, ao desenvolvimento do entendimento do homem e do meio em que vive. Pode-se afirmar que, diante dessa função e compromisso, a LDB nº 9.394/1996 pretende:

- a) reiterar o princípio da interação ensino-pesquisa-extensão;
- b) instrumentalizar profissionais, de acordo com as exigências sociais;
- c) promover a reflexão crítica e participação no saber;
- d) contribuir para a resolução dos problemas nacionais.

405. A LDB nº 9.394/1996 definiu normas e critérios para a criação e credenciamento de Instituições de Educação Superior (IES). Assinale a seguir o critério que caracteriza uma instituição como universidade, de acordo com essa lei.

- a) Infra-estrutura para ensino e pesquisa.
- b) Associação entre produção científica e dedicação exclusiva.
- c) Mínimo de um terço do corpo docente com mestrado e doutorado.
- d) Cursos de pós-graduação de excelência em pesquisa científica e tecnológica.

406. Complete a lacuna:

Os Municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede

- () **Municipal**
- () **Privada**
- () **Municipal e privada**

407. A lei nº 10.861, de 14/04/2004, instituiu o Sinaes, que deverá assegurar:

- a) o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e pós-graduação e do desempenho acadêmico do corpo docente;
- b) a qualidade da educação superior, orientar a estabilização da oferta e o aumento permanente de sua eficácia institucional;
- c) a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, a valorização da missão pública e promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade;
- d) a autonomia da instituição universitária, para instituir seu próprio sistema de avaliação da gestão universitária.

408. Segundo a lei nº 10.861, de abril de 2004, o Enade:

- a) aferirá o desempenho dos estudantes de pós-graduação, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e competência para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão;
- b) será aplicado, semestralmente, admitida a utilização de procedimentos amostrais aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do curso;
- c) é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a sua situação

regular em relação a esta obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou dispensa oficial do Ministério da Educação;

- d) propõe a avaliação que será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 7(sete) níveis, tomando como base padrões máximos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

409.O CONAES, instituído pela lei nº 10.861, de abril de 2004, tem como atribuições, EXCETO:

- a) propor e avaliar dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- b) estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- c) articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- d) elaborar políticas para sustentar a avaliação do desempenho docente e propor medidas que favoreçam a gestão institucional.

410.A Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, instituiu o Prouni, que regula:

- a) a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de ensino parciais (50% ou 25%) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos;
- b) a distribuição de bolsas de estudo parciais (50% ou 25%), que serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda mensal per capita não exceda o valor de até 5 (cinco) salários mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação;
- c) a distribuição de bolsa de estudo que será destinada a estudante que tenha cursado o ensino médio completo, exclusivamente em escola pública;
- d) a destinação de bolsa de estudo, que será para professor da rede pública e privada de ensino, para os cursos de licenciatura, Normal Superior e Pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica.

411.Segundo o art. 8º, da Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, a instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições, no período de vigência do termo de adesão, EXCETO:

- a) imposto de renda das pessoas jurídicas;

- b) contribuição social para financiamento da seguridade social, instituída pela Lei Complementar nº 70/1991 ;
- c) imposto de circulação de mercadorias;
- d) contribuição social sobre o lucro líquido, instituída pela Lei nº 7.689/1988.

412. Considerando o que dispõe sobre a educação superior a Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, é INCORRETO afirmar que:

- a) as instituições de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais os membros da comunidade institucional, local e regional participarão paritariamente;
- b) no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades as prerrogativas de fixar o número de vagas de acordo com a sua capacidade institucional e as exigências do seu meio, bem como de fixar os currículos dos seus cursos e programas;
- c) são finalidades da educação superior, dentre outras, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, formar diplomados nas diversas áreas do conhecimento e promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
- d) a oferta de cursos de graduação no período noturno é obrigatória nas instituições públicas, garantindo-se os mesmos padrões de qualidade mantidos nos cursos oferecidos no período diurno.

413. A CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) é um órgão colegiado que tem a atribuição de:

- a) coordenar e supervisionar o ENC (Exame Nacional de Cursos), estabelecendo diretrizes, critérios e estratégias para a avaliação dos cursos, dos alunos e das instituições;
- b) coordenar e supervisionar o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), estabelecendo diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação da educação superior;
- c) implementar e operacionalizar os processos avaliativos definidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), oferecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais;
- d) organizar e supervisionar as CPAs (Comissões Próprias de Avaliação), oferecendo subsídios para a avaliação interna e externa, bem como garantindo o envolvimento da comunidade acadêmica no processo avaliativo da instituição.

414. O Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) integra o sistema de avaliação de cursos e instituições e, segundo

a Portaria do MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, "tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento". É **INCORRETO** afirmar que:

- a) o Enade será aplicado periodicamente aos estudantes do final do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, admitida a utilização de procedimentos amostrais;
- b) as áreas e os cursos que participarão do Enade serão divulgados anualmente pelo Ministério da Educação;
- c) o Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação indispensável para emissão do histórico escolar;
- d) a publicidade do Enade é direito dos estudantes, sendo a divulgação dos resultados individuais garantida em jornais e revistas de ampla circulação nacional.

415. O Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior elaborado pelo MEC prevê que, no exercício de sua autonomia, as universidades federais NÃO poderão:

- a) contratar por tempo determinado pessoal docente e técnico-administrativo;
- b) manter educação básica e profissional;
- c) definir as próprias diretrizes curriculares;
- d) elaborar regulamento de pessoal conforme as normas gerais vigentes.

416. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal não compreendem as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

() **FALSA**

() **VERDADEIRA**

417. Segundo o Parecer CNE/CP nº 9/2001, de 8 de maio de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, o projeto pedagógico dos cursos de formação de docentes deverá considerar a aquisição de

algumas competências, dentre as quais NÃO se inclui a competência referente:

- a) ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional;
- b) às estratégias de intervenção na gestão do sistema educacional;
- c) ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- d) à compreensão do papel social da escola.

418. Entre as exigências postas às universidades pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, estão:

- I. oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. produção intelectual institucionalizada;
- III. maioria do corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado;
- IV. maioria do corpo docente em regime de tempo integral;
- V. especialização por campo do saber.

Estão CORRETAS as exigências contidas apenas em:

- a) II e IV;
- b) I e II;
- c) I, II, III e IV;
- d) I, III e V.

419. A educação superior, segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, abrange os seguintes cursos:

- I. freqüenciais;
- II. de extensão;
- III. de mestrado e doutorado;
- IV. de graduação;
- V. técnicos.

Considerando os itens anteriores, os cursos que pertencem à educação superior são:

- a) I, II e IV;

- b) III e V;
- c) II, III e IV;
- d) I, IV e V.

420. De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/1996), constituem fins da Educação Nacional:

- a) o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- b) o pleno desenvolvimento do educando, sua qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania;
- c) a inclusão de todas as crianças na escola, sem distinção de raça, cor ou religião;
- d) a garantia de qualidade e gratuidade do ensino nas escolas públicas;
- e) o respeito à diversidade cultural dos educandos e a valorização de suas experiências.

421. A gestão democrática na escola significa:

- a) liberdade e autonomia para a comunidade escolar eleger o diretor;
- b) participação de pais, alunos e professores no processo de discussão e deliberação das questões político-administrativas e pedagógicas da instituição escolar;
- c) fortalecimento das relações família-escola e dos laços de solidariedade humana;
- d) respeito às diferenças individuais dos sujeitos que compõem a organização escolar;
- e) liberdade de organização do grêmio estudantil e do sindicato dos professores.

422. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a avaliação do processo ensino-aprendizagem é balizada pelo seguinte item do Planejamento Educacional:

- a) metodologia;
- b) tema;
- c) recurso didático;
- d) objetivo;
- e) todas as alternativas estão erradas.

423. A Lei nº 9.394/1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O art. 4º dessa Lei determina que o dever do Estado com a Educação Escolar Pública será efetivado mediante a garantia de:

- a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, estendendo-se progressivamente para o ensino médio, desobrigando-se do atendimento às crianças de zero a seis anos de idade;
- b) atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, desobrigando-se do ensino médio;
- c) ensino fundamental, obrigatório e gratuito. Universalização do ensino médio gratuito e atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- d) essencialmente o ensino fundamental, com duração mínima de 8 anos;
- e) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, desobrigando-se do ensino médio e do ensino superior.

424. O art. 21 da Lei nº 9.394/1996, diz que a educação escolar compõe-se dos seguintes níveis e modalidades:

- a) ensino fundamental e ensino médio;
- b) educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- c) educação básica - formada pelo ensino fundamental;
- d) educação básica - formada pela educação infantil e ensino fundamental;
- e) educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.

425. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as regras comuns a classificação em qualquer série ou etapa, inclusive a primeira do ensino fundamental, podendo ser feita: por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola

() FALSA

() VERDADEIRA

426. O art. 8º da Lei nº 9.394/1996, estabelece que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino". De acordo com o art. 11, nesse regime de colaboração, os municípios incumbem-se de:

- a) "oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino";
- b) "oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, vedada a atuação em outros níveis de ensino";
- c) "oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, obrigando-se, ainda, a atuar em outros níveis de ensino";
- d) "oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas desobrigando-se do ensino fundamental e médio";
- e) nenhuma alternativa está correta.

427. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é:

- a) ler é algo que forma e transforma o ser humano;
- b) ler é algo interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência;
- c) ler, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim;
- d) ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal;
- e) ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação.

428. Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), acerca das características da educação profissional, assinale a opção incorreta.

- a) O desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva é um dos objetivos da educação profissional.
- b) A educação profissional desenvolve-se em articulação com o ensino regular ou por meio de educação continuada.
- c) A educação profissional deverá ser objeto de avaliação.
- d) Apenas aluno matriculado ou egresso do nível médio de ensino pode ter acesso à educação profissional.

429. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, veio dar uma nova orientação para a educação no Brasil, tendo como princípios norteadores:

- a) harmonização com os preceitos constitucionais referente à educação;
- b) prioridade para o ensino fundamental;
- c) valorização dos profissionais da educação;

- d) adoção de uma concepção global de educação, definida como um conjunto de processos de formação da pessoa;
- e) centralização político-administrativa.

430.A Educação Básica inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Em relação à educação infantil é correto afirmar:

- I. ocorre nos sistemas municipais de ensino com a finalidade do desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, sendo em creche até os três e pré-escolas até os seis anos;
- II. é ensino oficial, gratuito e não obrigatório;
- III. submete a criança a verificação de rendimento com obrigações controladas;
- IV. não tem por objetivo a ambientação da criança no meio escolar;
- V. acompanha-se e registra-se o desenvolvimento da criança como procedimento orientador de atitudes para com ela.

As assertivas corretas são:

- a) I, III, IV apenas;
- b) I, II, V apenas;
- c) II, III, IV apenas;
- d) I, IV, V apenas;
- e) III, IV, V apenas.

431. De acordo com a Lei nº 9.394/1996, a educação básica é formada:

- a) pela educação de jovens e adultos, educação indígena e educação especial;
- b) por parte do ensino fundamental (5ª à 8ª série) e todo ensino médio;
- c) pelo ensino fundamental e ensino médio;
- d) pelo ensino fundamental;
- e) pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

432. Em relação ao ensino fundamental e médio estabelecido na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é correto afirmar:

- a) a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório, sendo facultativa nas turmas de 1ª a 4ª séries;

- b) o ensino da arte, de matrícula facultativa, é componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos;
- c) o ensino da História do Brasil levará em conta as atribuições das diferenças culturais e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia;
- d) na parte diversificada do currículo será incluído, facultativamente, a partir da quinta série do ensino fundamental, pelo menos, uma língua estrangeira moderna;
- e) o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos.

433. É finalidade do ensino médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996):

- I. aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- II. consolidação e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- III. habilitação profissional, proporcionando ao educando uma formação específica para o mercado de trabalho;
- IV. a compreensão dos fundamentos patrióticos do Brasil, de modo a desenvolver o respeito à nação, bem como servi-la dignamente.

É totalmente verdadeiro que:

- a) Todas estão corretas;
- b) apenas I, II e III estão corretas;
- c) apenas II e IV estão corretas;
- d) apenas a I está correta;
- e) apenas I e II estão corretas

434. A LDB - Lei nº 9.394/1996 criou os cursos seqüenciais por campo do saber, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Suas características são:

- I. cursos de nível superior, mas não de graduação ou pós-graduação;
- II. menor duração para integralização do que os de graduação;

- III. organização definida por campo do saber, com concepção e implementação flexível e aberta;
- IV. cursos que dão direito, ao seu término, a um diploma;
- V. cursos que atendem às demandas sociais e podem ser freqüentados por portadores de certificados de conclusão de nível médio.

A assertiva incorreta é:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) IV;
- e) V.

435. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se, na categoria administrativa privada, assim entendidas, as mantidas e administradas apenas por pessoas jurídicas de direito privado.

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

436. Em relação ao ensino fundamental, é incorreto afirmar que:

- I. poderá ser desdobrado em ciclos;
- II. o regime de progressão continuada significa considerar como cumpridas as disciplinas com aproveitamento, ficando devendo as que ficou reprovado;
- III. as populações indígenas o recebem, também, em suas línguas nativas;
- IV. o ensino religioso é facultativo, porém, existindo, é obrigatória nele a matrícula.

Com base nas assertivas, a alternativa incorreta é:

- a) II;
- b) III;
- c) IV;
- d) I;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

437. Sobre a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, é incorreto afirmar que:

- a) é desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada;
- b) os diplomas de cursos de educação profissional possuem validade nacional;
- c) não é objeto de avaliação para reconhecimento e certificação para o prosseguimento e conclusão dos estudos, o conhecimento adquirido no ambiente de trabalho;
- d) o acesso à educação profissional abrange os matriculados ou egressos do ensino fundamental, médio e superior;
- e) será desenvolvida em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

438. Em relação à educação especial, é incorreto afirmar:

- a) modalidade de ensino oferecida unicamente em instituições privadas;
- b) a oferta é dever do Estado e abrange a faixa etária de zero a seis anos, durante a educação fundamental;
- c) as instituições privadas, sem fins lucrativos com atuação na educação especial, recebem apoio técnico e financeiro do Poder Público;
- d) há necessidade de capacitação dos professores para atendimento em nível médio e superior;
- e) há uma política inclusiva no sistema regular de ensino dos portadores de necessidades especiais.

439. Considerando o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996, é correto afirmar:

1. o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com possibilidade de acesso à educação profissional;
2. a LDB preconiza que a educação de jovens e adultos destina-se àqueles que não tiveram acesso e continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria, vedada essa possibilidade em relação ao ensino médio;
3. as séries iniciais ou, 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, constituem a primeira etapa da educação básica;

Estão corretas somente:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1
- c) 2 e 3;
- d) 1, 2

440. O Plano Nacional de Educação (PNE) sintetiza, em seu conteúdo, os objetivos e metas para a educação brasileira, por dez anos. Nesse documento estão estabelecidas as linhas gerais para a relação entre educação e desenvolvimento social. Sobre esta relação é correto dizer:

1. dada a condição de atraso dos indicadores da educação do Brasil, em comparação a países do mesmo porte, é indispensável pugnar pela elevação global dos níveis educacionais;
2. a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública, dadas as características dos mercados globalizados hoje, são fatores decisivos para o desenvolvimento social da nação;
3. como as demandas para a formação escolar e profissional se baseiam na flexibilização e na formação de novas habilidades, o nível de democracia nas relações educacionais é irrelevante;
4. a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, ou que não o concluíram, pode representar um gasto excessivo, retirando das gerações mais novas oportunidades de acesso ao mercado qualificado de trabalho.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) 1 e 2;
- b) 1 e 3;
- c) 3 e 4;
- d) 2 e 4.

441. Ao longo de anos, a organização do trabalho escolar tem-se dado por meio das disciplinas, cujo enfoque preserva a identidade, a autonomia e os objetivos próprios de cada uma delas.

Assentados sobre a base ético-política do projeto escolar e sobre o princípio da interdisciplinaridade, acredita-se que o currículo, como dimensão especificamente epistemológica e metodológica deste projeto, pode mobilizar intensamente os alunos, assim como os diversos recursos didáticos

disponíveis e(ou) construídos coletivamente. Pressupomos, com isso, a possibilidade de se dinamizar o processo ensino-aprendizagem numa perspectiva dialética, em que o conhecimento é compreendido e apreendido como construções histórico-sociais.

Em relação às idéias do texto, assinale a opção correta.

- a) Ao destacar as diretrizes curriculares específicas do Ensino Médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aponta para planejamento e desenvolvimento curriculares que ratificam a organização por disciplinas estanques.
- b) Em consonância com o preconizado pela LDB, os conteúdos curriculares serão organizados de tal forma que, ao final do ensino médio, o aluno seja bem-sucedido no vestibular.
- c) A dimensão curricular apontada visa a integrar e articular conhecimentos, em processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- d) O domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia constitui objetivo a ser facultativamente traçado pelo aluno, ao se matricular em escola regular de nível médio.

442. De acordo com a LDB, a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade

- a) a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na educação não-formal, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- b) a preparação básica para o trabalho profissional, incluindo a formação técnica específica;
- c) a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- d) a compreensão dos fundamentos da prática multidisciplinar.

443. Em relação aos objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, assinale a opção incorreta.

- a) A área de Códigos e Linguagens pode ter como referência a construção do sujeito nas relações intersubjetivas e coletivas mediadas pelas linguagens.
- b) Os estudos das Ciências da Natureza e da Matemática devem destacar a educação tecnológica básica e a compreensão do significado da Ciência.
- c) A área de Ciências Humanas e Sociais assenta-se sobre a compreensão do processo histórico de transformação da sociedade e da cultura.
- d) Independentemente da abordagem metodológica e dos parâmetros do planejamento de ensino da escola, todo currículo tem

intrinsecamente uma perspectiva de totalidade, não- disciplinar, e sempre estarão garantidas as especificidades epistemológicas das áreas de conhecimento.

444. As instâncias centrais dos sistemas de ensino precisam entender que existe um espaço de decisão privativo da escola e do professor em sala de aula que resiste aos controles formais. A legitimidade e a eficácia de qualquer intervenção externa nesse espaço privativo dependem de convencer a todos do seu valor para a ação pedagógica.

Assinale a opção incorreta com relação às idéias do texto.

- a) A proposta pedagógica não existe sem um forte protagonismo do professor e sem que este dela se aproprie.
- b) É desejável transformar em obrigação a incumbência que a LDB atribui à escola de decidir quanto a sua proposta pedagógica, porque isso desativa os sempre presentes anticorpos da resistência ou da ritualização.
- c) A proposta pedagógica deve expressar um acordo no qual as instâncias centrais serão parceiras facilitadoras do árduo exercício de explicitar, debater e formar consenso sobre objetivos, visando potencializar recursos.
- d) Os órgãos centrais exercem funções de formulação das diretrizes da política educacional e assessoramento à implementação dessas políticas.

445. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as regras comuns a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, podendo ser feita por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

446. Em relação à autonomia apregoada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de onde decorrem os respectivos Parâmetros Curriculares Nacionais, é correto afirmar que:

- a) a autonomia depende de qualificação permanente dos que trabalham na escola, em especial dos professores;

- b) a autonomia escolar favorece a emergência e o reforço de sentimentos e atitudes contrários à convivência democrática;
- c) a autonomia garante a não-consideração da proposta pedagógica, o que resulta na liberdade de ensinar e de aprender;
- d) a autonomia docente tem como pressuposto que os alunos deliberem sobre as metas curriculares.

447. Assinale a opção correta, segundo as bases legais da educação nacional.

- a) Duas funções, nos termos em que estabelecia a Lei nº 5.692/1971, tornam-se inconciliáveis para o ensino médio, preparar para a continuidade de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão.
- b) O significado de educação geral no nível médio, segundo o espírito da LDB, nada tem a ver com o ensino enciclopedista.
- c) Em lugar de estabelecer competências de caráter geral, destacam-se disciplinas ou conteúdos específicos.
- d) Insere-se a experiência cotidiana e o trabalho no currículo do ensino médio, apenas na sua base comum.

448. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, a educação escolar compõe-se de:

- a) educação infantil e educação básica de 1^o e 2^o graus;
- b) educação básica e ensino superior;
- c) educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior;
- d) educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

449. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. valorização da experiência extra-escolar;
- IV. existência de instituições privadas com gratuidade do ensino;
- V. garantia do padrão de qualidade e valorização do profissional da educação escolar.

O correto está em:

- a) I, II, IV e V, somente;
- b) I, III, IV e V, somente;
- c) I, II, III, IV e V;
- d) I, II, III e V, somente.

450. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/ 1996, os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base...

- a) nacional diversificada e uma parte complementar que deve ser comum, nacional e ao mesmo tempo atender às diferenças regionais;
- b) nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, para atender às diferenças regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela;
- c) constitucional comum e uma parte diversificada, para atender às diferenças regionais e locais da sociedade e da clientela;
- d) diversificada e uma parte comum nacional, para atender às diferenças da sociedade, da cultura e da clientela.

451. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) estimula a autonomia da escola, atribuindo-lhe a tarefa de elaborar o seu projeto pedagógico. Tendo em vista que esta autonomia é assegurada por lei e, em outros momentos, construída pela escola, relacione a 2^a coluna de acordo com a 1^a, conforme identifique esta forma de autonomia. Em seguida, assinale a alternativa que estabelece a seqüência correta.

- () Atribui a cada estabelecimento de ensino a tarefa de elaborar o seu projeto pedagógico.
- () Permite à escola discutir as possibilidades de organizar o seu trabalho, com base em suas reais necessidades.
- () Define como tarefa dos docentes participar da elaboração do projeto pedagógico da escola.
- () Resulta do trabalho de discussão do projeto pedagógico pelos vários segmentos que atuam na escola.

1. Autonomia construída pela escola.
2. Autonomia assegurada pela lei.

A seqüência correta é:

- a) 2, 1, 1 e 2;
- b) 2, 1, 2 e 1 ;
- c) 1, 2, 2 e 1 ;

d) 1, 1, 2 e 1.

452. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), em seu art. 12, prevê as incumbências da escola, dentre as quais temos:

- I. a administração de seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros a ser compartilhada com o sistema;
- II. assegurar o cumprimento de seus dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- III. a elaboração da proposta pedagógica da escola sendo tarefa exclusiva da direção;
- IV. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- V. o cumprimento do plano de trabalho dos professores é uma tarefa a ser administrada pela Secretaria de Educação.

O correto está em somente:

- a) II, III e V;
- b) I, III e IV;
- c) II, IV e V;
- d) I, II e IV.

453. Conforme consta na Constituição Federal vigente, o Estado tem a obrigação de ofertar gratuitamente:

- a) educação infantil;
- b) educação fundamental;
- c) educação básica;
- d) educação superior;
- e) pós-graduação.

454. Uma das características da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), é a flexibilidade caracterizada pela descentralização das competências do setor público, da desescolarização, do fim da seriação compulsória e do fim da estrutura departamental compulsória da IES. No entanto, essa Lei determina elementos

que, paradoxalmente, podem levar a uma nova centralização por meio do(da)

- a) instituição do Sistema Nacional de Avaliação do rendimento escolar;
- b) fortalecimento do Sistema Nacional de Educação;
- c) exigência de um Plano Nacional de Educação;
- d) financiamento da educação mediante o Fundef;
- e) estabelecimento do calendário escolar de 280 horas para a educação básica.

455. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O ensino da arte constituirá componente curricular facultativo, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

456. Conforme o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;
- II. direito de participação nos conselhos escolares;
- III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. liberdade de filiação partidária.

São corretos os itens referidos na alternativas:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I e IV;
- d) II e III;
- e) II e IV.

457. Consta na Constituição Federal vigente que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Também define obrigações de cada uma dessas esferas. Assim, é atribuição específica dos Municípios:

- a) atuar prioritariamente na educação básica;
- b) atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;
- c) assegurar a atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- d) colaborar com a União de modo a assegurar a universalização da educação básica;
- e) assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

458. Conforme a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), na educação superior, o ano letivo regular:

- a) corresponde ao ano civil;
- b) tem, no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho acadêmico efetivo;
- c) tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo;
- d) tem, no mínimo, duzentos e vinte dias de trabalho acadêmico efetivo;
- e) tem, no mínimo, duzentos e quarenta dias de trabalho acadêmico efetivo.

459. Conforme a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) -, as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Para que uma instituição possa fazer jus ao título de universidade é necessário que

- a) tenha um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral;
- b) tenha um quinto do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um quinto do corpo docente em regime de tempo integral;
- c) tenha metade do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral;
- d) tenha um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um quinto do corpo docente em regime de tempo integral;
- e) tenha um corpo docente suficiente e com bom nível de titulação.

460. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

- FALSO
 VERDADEIRO

461. O Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - é criticado por vários cientistas sociais por caracterizar-se como uma política pública focalista, em detrimento das políticas universalistas próprias do Estado do Bem-Estar Social. Uma característica de maior amplitude, própria de políticas que buscam ampliar o seu foco, que NÃO PODE SER COMPREENDIDA TENDO RELAÇÃO COM O Fundef é:

- a) a concentração de recursos públicos na educação obrigatória;
- b) a realocação de recursos do ensino superior para o ensino fundamental;
- c) o congelamento das vagas nas universidades públicas;
- d) o desestímulo à oferta da educação infantil pelos municípios;
- e) o estabelecimento de gratificações aos professores da educação básica.

462. Das ofertas curriculares relacionadas a seguir, aquela que é definida como obrigatória nos diversos níveis da educação básica é o(a)

- a) ensino da arte;
- b) educação física;
- c) orientação para o trabalho;
- d) ensino de duas línguas estrangeiras;
- e) educação ambiental.

463. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, na atual LDB e na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir, indicando V (Verdadeiro) ou F (Falso).

É responsabilidade dos Municípios, com o apoio dos Estados e da União, estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e à juventude.

O Capítulo IV do ECA dispõe sobre o direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, destacando a escola, os gestores e os professores como os principais responsáveis por garantir a promoção desse direito.

A educação de crianças e adolescentes deve considerar a

igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; o direito de ser respeitado pelos seus educadores e de contestar critérios avaliativos.

() As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando o regime de atendimento, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações através de comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

() Cabe, exclusivamente, ao Conselho Tutelar e à família a responsabilidade sobre os casos de maus-tratos, faltas injustificadas e evasão escolar.

Indique a alternativa que contém a seqüência correta.

- a) V F V V F.
- b) F V V F F.
- c) F F V V V.
- d) V V V F F.
- e) F F F V V.

464. A questão do direito à educação, nas instituições, tem sido abordada de forma mais efetiva, a partir da Constituição Federal de 1988, na qual se destaca a questão do acesso e democratização. Com base nesses direitos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A luta pela democratização da Educação não se limita ao espaço escolar, uma vez que a Educação básica é um direito público, subjetivo e dever do Estado. Devemos considerar o direito à escolarização e universalização do ensino de crianças, adolescentes e jovens que se encontram excluídos da escola formal.
- II. A questão da democratização da educação, enquanto dever do Estado e direito do cidadão, abrange, apenas, o sistema educacional formal. Cabe ao Governo Estadual garantir o funcionamento de escolas públicas oficiais, enquanto a educação, em espaços informais ou em outras instituições, fica sob a responsabilidade dos Municípios.
- III. Cabe ao Estado garantir o acesso à educação pública de qualidade às crianças e aos adolescentes em situação de risco ou de exclusão, através de ações conjuntas entre instituições públicas, universidades e a sociedade civil organizada, para

desenvolver medidas sócio- educativas, cumprindo o disposto na Constituição Federal, no ECA e na atual LDB.

Indique a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

465. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as regras comuns a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, podendo ser feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

466. Sobre a gestão democrática da Educação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A discussão sobre a importância da gestão democrática surgiu a partir da década de 1980, no contexto da Reforma do Estado, sendo respaldada na Constituição de 1988 e na atual LDB (Lei nº 9.394/1996).
- II. A democratização da Educação apresenta o aspecto de ampla defesa do direito à escolarização para todos e à universalização do ensino.
- III. Quanto a instância de gestão democrática, os Conselhos são órgãos colegiados, que têm como função possibilitar a aproximação entre a sociedade e o Estado, sendo plural, dialógico e zeloso da aprendizagem de qualidade.

Indique a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.

- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

467. De acordo com a atual LDB (Lei nº 9.394/1996), dentre os princípios que tornam mais eficiente e legítima a gestão democrática do ensino público na educação básica, destaca-se a:

- a) disponibilização de dados em fóruns pedagógicos;
- b) articulação do plano estratégico da escola com as políticas do sistema;
- c) construção do projeto pedagógico voltado para setores produtivos;
- d) participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares;
- e) centralização da gestão pedagógica e administrativa.

468. De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), analise as afirmativas a seguir.

- I. O pluralismo de idéias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância são princípios que dependem das concepções e filosofias das escolas públicas ou privadas, cabendo ao Estado respeitar as opções das diferentes Instituições de ensino.
- II. A LDB estabelece a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- III. O ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) Apenas I está correta.
- d) Apenas II está correta.
- e) Apenas III está correta.

469. Uma das conseqüências da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em todo o País, admitida pelo Governo Federal e pelos estudiosos do financiamento da educação foi

- a) a ampliação do atendimento em educação infantil;

- b) a expansão do atendimento da educação de jovens e adultos pelas esferas públicas;
- c) o significativo aumento salarial dos professores, através dos Planos de Carreira do Magistério;
- d) a melhoria da qualidade do ensino público;
- e) a indução à municipalização do ensino fundamental.

470. Em uma turma de 6ª série do ensino fundamental, a professora Maria Alice não sabia o que fazer em relação a determinadas perguntas sobre sexo, pois nunca havia abordado esse assunto em sala de aula, mas os alunos insistentemente demonstravam curiosidade sobre esse assunto.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a professora deveria

- a) incluir, em seu planejamento, a orientação sexual como tema transversal para, assim, trabalhar com conhecimentos significativos para a vida de seus alunos;
- b) procurar um especialista em orientação sexual que pudesse responder as dúvidas existentes aos seus alunos;
- c) indicar um livro didático específico que tratasse desse conteúdo e acompanhar os estudos realizados pelos alunos;
- d) adotar um método ativo, levando seus alunos a trabalhar em grupo e realizar entrevistas com especialistas em orientação sexual;
- e) convidar agentes da Saúde Pública para discutir o assunto, destacando a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

471. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/ 1996) NÃO constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras, aquelas realizadas com:

- I. manutenção de programas de transporte escolar;
- II. programas suplementares de alimentação;
- III. obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- IV. pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função;
- V. cursos de formação continuada de Professores e demais profissionais da educação.

É correto o que se afirma, APENAS, em:

- a) I, II e V;
- b) I, III e IV;
- c) II, III e IV;
- d) II, III e V;
- e) I, IV e V.

472. O salário-educação, previsto na Constituição Federal brasileira, é fonte adicional de recursos para o financiamento da educação constituindo-se uma:

- a) contribuição social;
- b) contribuição voluntária;
- c) taxa obrigatória;
- d) doação das empresas;
- e) bolsa de estudo.

473. Conforme a Lei nº 9.394/1996, a educação básica deve ser organizada observando algumas regras. Qual das alternativas abaixo está em desacordo com suas prerrogativas?

- a) As turmas ou grupos podem ser organizados em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados com base na idade, competência ou outros critérios conforme as necessidades e características do processo de aprendizagem.
- b) Nos níveis fundamental e médio a carga horária mínima é de oitocentas horas distribuídas em 200 dias letivos, excluindo o tempo reservado aos exames finais.
- c) O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, a critério do próprio sistema de ensino.
- d) Para efetuar matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o aluno deve estar matriculado ou já ter cursado os ensinos fundamental e médio.
- e) A avaliação na educação infantil far-se-á mediante observação e registro sem o objetivo de promoção para o ensino fundamental.

474. Conforme a atual LDB, constitui-se como uma incumbência dos Estados:

- a) elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os municípios;
- b) coletar, analisar e divulgar informações gerais sobre educação no País;
- c) assegurar o ensino fundamental e oferecer com prioridade o ensino médio;

- d) baixar normas gerais para funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação;
- e) prover meios para recuperação de alunos com menor rendimento escolar.

475. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

476. Conforme suas Diretrizes Curriculares Nacionais, a estrutura e duração dos cursos de Educação de Jovens e Adultos são definidas:

- a) pelo Conselho Nacional de Educação;
- b) pelos estabelecimentos de ensino;
- c) pelo Ministério da Educação;
- d) por cada sistema de ensino;
- e) pelos conselhos escolares.

477. A Lei nº 9.394/1996 proclama em seu art. 12, inciso I, como incumbência do estabelecimento de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica. Sobre o projeto ou proposta pedagógico da escola é verdadeiro afirmar:

- a) é competência do diretor elaborar a proposta da escola a qual dirige e depois submetê-la à discussão e apreciação dos professores, alunos, funcionários, famílias e representantes do conselho escolar;
- b) há nas Secretarias de Educação uma proposta padronizada a ser adotada por todos os estabelecimentos de ensino, cabendo aos dirigentes atualizá-la anualmente e remetê-la às instâncias superiores;
- c) resulta de discussão e negociação na comunidade escolar, levando em consideração as visões de homem e sociedade que assumem, a gestão democrática e as peculiaridades da comunidade usuária;
- d) cabe ao professor de cada sala de aula elaborar a proposta pedagógica, levando em consideração as características de sua turma e os conteúdos programáticos para a série em que leciona;

- e) técnicos educacionais, treinados para esse fim e auxiliados pelo diretor e conselho escolar, preparam o diagnóstico, discutem com o grupo e elaboram a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

478. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial, são alunos com necessidades especiais aqueles que durante o processo educacional apresentarem:

- a) idade muito superior ou inferior a de seus colegas da educação infantil, ensino fundamental e médio;
- b) ausências freqüentes e falta de adaptação ao trabalho desenvolvido pelo professor itinerante na escola comum;
- c) indisciplina, mau comportamento e não obediência às normas e regras da escola de ensino especial;
- d) acentuadas dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento comprometendo o desenvolvimento de atividades curriculares;
- e) desinteresse, falta de motivação e apatia para com as situações de aprendizagem na sala de recursos.

479. Em relação aos princípios orientadores do ensino no Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- b) Gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais.
- c) Coexistência de instituições públicas e privadas.
- d) Transferência para candidatos procedentes de outras escolas.
- e) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

480. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

481. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que a educação é direito de todos e um dever do Estado. A respeito das legislações educacionais brasileiras, é correto afirmar que:

- a) durante o governo de Fernando Collor, o Brasil atingiu a meta de 100% das crianças em idade escolar matriculadas nas redes públicas;
- b) a primeira LDB (1961) levou treze anos para ser aprovada no Congresso, e gerou um amplo movimento nacional pela escola pública liderado, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes;
- c) a atual LDB não prevê a existência de subsídios públicos para as escolas privadas confessionais;
- d) os atuais Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram impostos pelo MEC a toda rede pública, em função da ausência de unidade curricular na educação fundamental, sendo obrigatória a sua aplicação;
- e) na verdade, a LDB não diz que a educação é um dever do Estado, mas apenas um direito que o cidadão pode reivindicar quando achar necessário e o Estado pode fornecer quando tiver os recursos disponíveis.

482. Tendo em vista a Constituição da República, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e as diretrizes curriculares nacionais, julgue o item seguinte.

Em relação à divisão de responsabilidade quanto à oferta da educação pública entre a União, estados e municípios, a LDB explícita que os municípios são obrigados a oferecer o ensino médio, seguido do ensino fundamental, para não acarretar distorção idade/série.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

483. Tendo em vista a Constituição da República, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e as diretrizes curriculares nacionais, julgue o item seguinte.

O dever de educar é responsabilidade do Estado e da família. Para a família, essa responsabilidade concretiza-se por meio do dever dos pais ou responsáveis de manter seus filhos menores, a partir de quatro anos de idade, em escolas de educação infantil.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

484. Tendo em vista a Constituição da República, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e as diretrizes curriculares nacionais, julgue o item seguinte.

A LDB manteve a conquista da Constituição da República do Brasil, que definiu o acesso ao ensino obrigatório, como direito público subjetivo, a todos os cidadãos brasileiros.

- FALSO**
 VERDADEIRO

485. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, a organização curricular dos ensinos fundamental e médio deve ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do público atendido.

- FALSO**
 VERDADEIRO

486. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Os PCNs apresentam-se como um currículo mínimo comum e um conjunto de conteúdos obrigatórios a ser ministrado em todo o território nacional, para garantir a todos os estudantes os saberes necessários para o exercício da cidadania.

- FALSO**
 VERDADEIRO

487. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

As mudanças ocorridas no cenário socioeconômico e político brasileiro exigem que práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos da educação infantil priorizem o desenvolvimento cognitivo, posto que a maioria das famílias de classes desfavorecidas não tem condições de desenvolver por si só essa habilidade.

- FALSO**
 VERDADEIRO

488. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

Os PCNs sugerem a organização do currículo para o ensino fundamental em dois ciclos. O primeiro corresponde ao período da 1ª à 4ª série e o segundo ao período da 5ª à 8ª série. Essa organização tem como finalidade evitar a fragmentação dos saberes e facilitar a apropriação do conhecimento pelos estudantes.

FALSO

VERDADEIRO

489. São tipos de avaliação:

- a) diagnóstica, formativa e somativa;
- b) básica, formativa e somativa;
- c) fundamental, diagnóstica e formativa;
- d) diagnóstica, informativa e associativa;
- e) básica, informativa e somativa.

490. NÃO corresponde a um princípio básico do ensino:

- a) ter caráter científico e sistemático;
- b) ser compreensível e possível de ser assimilado;
- c) assegurar a relação conhecimento-prática;
- d) desvincular trabalho coletivo de particularidades individuais;
- e) assentar-se na unidade ensino-aprendizagem.

491. Marque V se a assertiva for verdadeira ou F se a assertiva for falsa.

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

FALSO

VERDADEIRO

492. Sara, aluna com deficiência da áudio comunicação cursava pela terceira vez a 1ª série do ensino fundamental de uma escola pública de ensino fundamental, quando os pais foram chamados pela Direção da escola que sugeriu que a criança fosse

matriculada em uma escola privada especializada para alunos surdos, localizada perto da escola que estudava.

Os pais se recusaram a tirar a filha da escola pública, argumentando que ela já tinha constituído grupo de amigos, que poderia, inclusive, ajudá-la no processo de ensino-aprendizagem.

Essa atitude dos pais de Sara pode ser considerada

- a) correta, pois o ECA recomenda que, mesmo com baixo rendimento escolar, é preferível manter a criança com deficiência em escola pública comum, pois é nessa escola que acontece a formação cidadã;
- b) incorreta, porque o LDB no seu art. 58, § 3º, garante que o atendimento escolar sem restrições à criança com deficiência, só é previsto na escola regular, durante o período de educação infantil e, portanto, de zero a seis anos de idade;
- c) incorreta, pois a Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário, propõe que as crianças com deficiências sejam atendidas em estabelecimentos especializados, arcando o Estado com o ônus financeiro desse atendimento;
- d) incorreta, por parte da Direção da escola, pois as teorias científicas demonstram que a criança surda aprende tanto quanto as outras crianças, porém de forma mais lenta, não se constituindo problema, portanto, a sua não promoção à série seguinte por vários anos seguidos;
- e) correta, pois a CF e a LDB garantem o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

493. Entre as características das Diretrizes Curriculares para o ensino médio, mencionadas a seguir, indique a alternativa incorreta.

- a) Articulam a base comum nacional do currículo com sua parte diversificada.
- b) Retomam a natureza eminentemente técnica e profissional dessa etapa da educação.
- c) Procuram conciliar humanismo e tecnologia no final da educação básica.
- d) Fundam-se nos princípios de identidade, diversidade e autonomia enquanto estruturadores do currículo.
- e) São subsídios para elaboração das propostas pedagógicas de ensino médio no país.

494. Conforme a lei nº 9.394/1996, a expressão educação básica significa:

- a) as modalidades educação profissional, educação de jovens e adultos e educação especial;

- b) o ensino fundamental público, gratuito e obrigatório para todo cidadão brasileiro;
- c) primeiro nível da educação constituído por educação infantil, e os ensinos fundamental e médio;
- d) a educação pública, obrigatória destinada à população de sete a catorze anos no Brasil;
- e) todos os níveis e modalidades de educação vigentes nos sistemas públicos de ensino.

495. Não é uma incumbência da União:

- a) organizar e manter órgãos do sistema federal de ensino;
- b) organizar, manter e desenvolver instituições oficiais do sistema federal;
- c) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- d) elaborar, em colaboração com os outros entes, o Plano Nacional de Educação;
- e) assegurar o ensino fundamental e oferecer como prioridade a educação infantil.

496. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996:

- a) extingue a organização de turmas por série nos estabelecimentos e sistemas de ensino;
- b) considera a Educação de Jovens e Adultos (EJA) o terceiro nível do ensino básico;
- c) preconiza que a avaliação deve privilegiar aspectos qualitativos frente aos quantitativos;
- d) torna compulsória a profissionalização em toda a Educação Básica pública ou privada;
- e) proclama que a educação infantil é direito líquido e subjetivo de todo cidadão brasileiro.

497. Conforme a seção V (arts. 37 e 38) da Lei nº 9.394/1996, a estrutura e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atualidade:

- a) mantém os cursos e exames supletivos de ensino fundamental e médio;
- b) deve ser oferecida para adolescentes em classes ou turmas de aceleração;
- c) é a última etapa da educação básica e tem como finalidade a profissionalização;
- d) em sua estrutura comporta em três níveis: básico, técnico e o tecnológico;

- e) constitui-se como um direito e é o primeiro nível da educação escolar no Brasil.

498. Uma das alternativas abaixo não diz respeito à efetivação do princípio de gestão democrática na escola. Assinale-a.

- a) Participação e envolvimento dos profissionais da educação na discussão e elaboração do projeto pedagógico.
- b) Vinculação entre educação escolar, o trabalho, a prática social, inclusão e projetos de aceleração.
- c) Participação e envolvimento da comunidade escolar e local na composição dos o conselhos escolares.
- d) Articulação entre família e comunidade criando processos de integração entre sociedade e escola.
- e) Envolvimento da comunidade escolar e usuária na tomada de decisões e enfrentamento dos desafios da realidade escolar.

499. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida articulada com o ensino médio.

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

500. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de, dentre outras, universalização do ensino médio gratuito:

- () **FALSA**
- () **VERDADEIRA**

RESPOSTAS

1.

Resposta: A
Fundamento
Art. 68, I, II, III, IV da LDB

2.

Resposta: E
Fundamento:
Art. 3º, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 3º, V da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 3º, IX da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 3º, X da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 3º, XI da Lei 9.394/96 - LDB

3.

Resposta: D
Fundamento
Art. 69, caput , §§ 1º, 2º, 3º, 4º da LDB

4.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 1º, caput da Lei 9.394/96 - LDB

5.

Resposta: C
Fundamento
Art. 69, § 5º, I, II, III e § 6º da LDB

6.

Resposta: B
Fundamento:
Art. 4º, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 4º, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 4º, V da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 4º, VI da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 4º, VII da Lei 9.394/96 - LDB

7.

Resposta: B
Fundamento
Art. 70, I da LDB
Art. 70, II, III, IV da LDB (corretas)

8.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 2º da Lei nº 9.394/96

9.

Resposta: B
Fundamento
Art. 70, V, VI, VII da LDB
Art. 70, VIII da LDB (correta)

10.

Resposta: C
Fundamento:
Art. 9º, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 9º, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 10, VI da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 9º, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 9º, V da Lei 9.394/96 - LDB

11.

Resposta: A
Fundamento
Art. 71, I, II, III, IV da LDB

12.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 3º, I da Lei 9.394/96 - LDB

13.

Resposta: E
Fundamento
Art. 71, III, IV, V, VI da LDB

14.

Resposta: A

Fundamento:
Art. 9º, VIII da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 10, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 10, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 10, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 10, IV da Lei 9.394/96 - LDB

15.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 72, 73, 74, parágrafo único e 76.

16.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 3º, II da Lei 9.394/96 - LDB

17.

Resposta: E
Fundamento
Art. 75, caput , §§ 1º, 2º, 3º, 4º da LDB

18.

Resposta: B
Fundamento:
Art. 11, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 11, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 11, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 11, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 11, V da Lei 9.394/96 - LDB

19.

Resposta: E
Fundamento
Art. 77, I, II, III, IV da LDB

20.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 4º, I da Lei 9.394/96 - LDB

21.

Resposta: D
Fundamento

Art. 77, § 1º da LDB

Art. 77, § 2º, da LDB (somente o item IV está correta)
--

22.

Resposta: B
Fundamento:
Art. 12, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 5º, § 1º, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 12, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 12, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 12, IV da Lei 9.394/96 - LDB

23.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 78, I, II e 79, § 1º da LDB

24.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 4º, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

25.

Resposta: E
Fundamento
Art. 79 § 2º, I, II, III, IV da LDB

26.

Resposta: C
Fundamento:
Art. 22 da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 23, caput da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 23, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 23, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 24, caput da Lei 9.394/96 - LDB

27.

Resposta: A
Fundamento
Art. 80, caput, §§ 1º, 2º, 3º da LDB

28.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 4º, IX da Lei 9.394/96 - LDB

29.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 80, § 4º, I, II, III e 81 da LDB
(Os itens I, II, IV estão corretos)

30.

Resposta: B
Fundamento:
Art. 26-A, caput da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 26, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 26, § 5º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 26-A, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 26-A, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

31.

Resposta: E
Fundamento
Arts. 82, 83, 84, 85 e 86 da LDB

32.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 5º, caput da Lei 9.394/96 - LDB

33.

Resposta: D
Fundamento
Art. 87, § 3º, I, II, III, IV da LDB
(os itens II, III, IV estão corretos)

34.

Resposta: E
Fundamento:
Art. 27, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 27, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 27, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 27, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 26, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

35.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 88, caput, § 1º, 89 e 90 da LDB

36.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 5º, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

37.

Resposta: B
Fundamento
Arts, 32, I ao IV, §§ 1º ao 5º, 33, §§ 1º e 2º, 34, §§ 1º, 2º

38.

Resposta: A
Fundamento:
Art. 33, caput da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 33, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 33, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 34, caput da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 34, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

39.

Resposta: C
Fundamento
Art. 2º, caput da LDB

40.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 5º, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

41.

Resposta: E
Fundamento
Art. 1º, § 1º da LDB

42.

Resposta: E
Fundamento:
Art. 37, caput da Lei 9.394/96 - LDB

Art. 37, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 37, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 37, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 38, caput da Lei 9.394/96 - LDB

43.

Resposta: B
Fundamento
Art. 2º, caput da Lei 8.069 de 13/07/1990 (ECA)

44.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 5º, § 1º, I da Lei 9.394/96 - LDB

45.

Resposta: A
Fundamento
Art. 5º, § 1º, III da LDB

46.

Resposta: C
Fundamento:
Art. 59, I da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 59, II da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 59, III da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 59, IV da Lei 9.394/96 - LDB
Art. 59, V da Lei 9.394/96 - LDB

47.

Resposta: A
Fundamento
Art. 21, I da LDB

48.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 5º, § 5º da Lei 9.394/96 - LDB

49.

Resposta: D
Fundamento
Art. 11, V da LDB

50.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 1º, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 1º, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 2º da Lei 9.394/96 - LDB

51.

Resposta: B
Fundamento
Art. 4º, I da LDB

52.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 7º, I da Lei 9.394/96 - LDB

53.

Resposta: D
Fundamento
Art.12, III da LDB

54.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 3º, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 3º, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 3º, III da Lei 9.394/96 - LDB

55.

Resposta: E
Fundamento
Art. 37, § 1º da LDB, e 54, VI da Lei 8.069 de 13/07/90 (ECA)

56.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 8º, caput da Lei 9.394/96 - LDB

57.

Resposta: B
Fundamento
Art. 69, caput da LDB

58.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 3º, VI da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 3º, VII da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 3º, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

59.

Resposta: C
Fundamento
Art. 245 do ECA

60.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 8º, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

61.

Resposta: A
Fundamento
Art. 70, VIII da LDB

62.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 4º, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 4º, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 4º, VIII da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 4º, IX da Lei 9.394/96 - LDB

63.

Resposta: E
Fundamento
Art. 22, caput da Lei 11.494/2007 (FUNDEB)

64.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 9º, III da Lei 9.394/96 - LDB

65.

Resposta: B

Fundamento
Art. 3º, IX da LDB

66.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 5º, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 5º, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 5º, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 32, § 4º da Lei 9.394/96 -LDB

67.

Resposta: C
Fundamento
Art. 58, §§ 1º, 2º, 3º da LDB

68.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 9º, IV da Lei 9.394/96 - LDB

69.

Resposta: E
Fundamento
Art. 2º da Res. CNE/CEB nº 2 de 07/04/1998

70.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 9º, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 8º, caput da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 8º, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

71.

Resposta: A
Fundamento
Art. 3º, I, “a”, “b”, “c” da Resolução CNE/CEB nº 2/1998:

72.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 11, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

73.

Resposta: D
Fundamento
Parecer CNE/CEB n° 4 de 29.01.1998

74.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 9º, VI da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 9º, VII da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 10, V da Lei 9.394/96 - LDB

75.

Resposta: C
Fundamento
Art. 26, § 5º da LDB

76.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 14, caput, I da Lei 9.394/96 - LDB

77.

Resposta: E
Fundamento
Art.32, § 4º da LDB

78.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 12, V da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 12, VI da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 12, VII da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 12, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

79.

Resposta: A
Fundamento
Art. 14, I e II da LDB

80.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 14, caput, II da Lei 9.394/96 - LDB

81.

Resposta: A
Fundamento
Art. 13, VI da LDB

82.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 13, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 13, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 13, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 13, IV da Lei 9.394/96 - LDB

83.

Resposta: B
Fundamento
Arts. 12, I, VII ,13, I, II, 14 , I da LDB

84.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 15 da Lei 9.394/96 - LDB

85.

Resposta: C
Fundamento
Art. 24, V, "a", "b", "c", "d", "e" da LDB

86.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 13, V da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 16, I da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 16, II da Lei 9.394/96 - LDB

87.

Resposta: B
Fundamento
Art. 4º, I da LDB

88.

Resposta: F

Fundamento:
Art. 17, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

89.

Resposta: D
Fundamento
Art 5º, § 1º, I, II, III da LDB

90.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 16, III da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 17, I da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 17, II da Lei 9.394/96 - LDB

91.

Resposta: A
Fundamento
Art. 27 I, II, III e IV da LDB

92.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 18, I da Lei 9.394/96 - LDB

93.

Resposta: D
Fundamento
Art. 4º, I da LDB

94.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 20, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 20, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 20, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 20, IV da Lei 9.394/96 - LDB

95.

Resposta: C
Fundamento
Art. 9º, I da LDB

96.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 18, II e III da Lei 9.394/96 - LDB

97.

Resposta: B
Fundamento
Art. 14, II da LDB

98.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 24, V, "a" da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 24, V, "b" da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 24, V, "c" da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 24, V, "e" da Lei 9.394/96 - LDB

99.

Resposta: A
Fundamento
Art. 13. I da LDB

100.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 21, I, II da Lei 9.394/96 - LDB

101.

Resposta: C
Fundamento
Art. 71, V da LDB

102.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 25, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 25, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 26, caput da Lei 9.394/96 - LDB

103.

Resposta: B
Fundamento
Art. 13, IV da LDB

104.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 22 da Lei 9.394/96 - LDB

105.

Resposta: A
Fundamento
Art. 11, V da LDB

106.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 28, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 28, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 28, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 32, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

107.

Resposta: E
Fundamento
Art. 24, I da LDB

108.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 23, caput da Lei 9.394/96 - LDB

109.

Resposta: B
Fundamento
Art. 56, I, II, III da Lei 8.069/90 (ECA)

110.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 32, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 32, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 32, caput da Lei 9.394/96 - LDB

111.

Resposta: B

Fundamento
Art. 37, §§ 1º, 2º e 3º da LDB

112.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 23, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

113.

Resposta: C
Fundamento
Art. 69, caput da LDB

114.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 32, III da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 32, IV da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 32, caput da Lei 9.394/96 - LDB

115.

Resposta: E
Fundamento
Art. 70, I da LDB

116.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 23, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

117.

Resposta: A
Fundamento
Art. 5º §§ 3º e 4º da LDB, Art. 5º, XLII da CF

118.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 32, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 32, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 32, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 32, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

119.

Resposta: B
Fundamento
Art. 27, I da LDB

120.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 24, caput, I da Lei 9.394/96 - LDB

121.

Resposta: A
Fundamento
Art. 26 §§ 1º ao 6º, I, ao VI da LDB

122.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 35, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 35, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 35, caput da Lei 9.394/96 - LDB

123.

Resposta: B
Fundamento
Art. 31 da LDB

124.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 24, III da Lei 9.394/96 - LDB

125.

Resposta: A
Fundamento
Art. 9º, § 1º da LDB

126.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 35, III da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 35, IV da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 35, caput da Lei 9.394/96 - LDB

127.

Resposta: B
Fundamento
Art. 2º do CNE

128.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 24, IV da Lei 9.394/96 - LDB

129.

Resposta: E
Fundamento
Art. 6º, I ao X do Decreto 5.773 de 09/05/06

130.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 36, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 36, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 36, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 36, IV da Lei 9.394/96 - LDB

131.

Resposta: A
Fundamento
Art. 12, I, II, III do Decreto 5.773 de 09.05.06

132.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 24, VII da Lei 9.394/96 - LDB

133.

Resposta: B
Fundamento
Art. 45 da LDB

134.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 39, caput da Lei 9.394/96 - LDB

II. Art. 39, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 39, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 40 da Lei 9.394/96 - LDB

135.

Resposta: E
Fundamento
Art. 44, I ao IV da LDB

136.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 25, caput da Lei 9.394/96 - LDB

137.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 1º, §§ 1º ao 3º e Art. 5º com seus parágrafos e incisos do Decreto 5.773 de 09.05.06

138.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 43, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 43, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 35, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 35, IV da Lei 9.394/96 - LDB

139.

Resposta: E
Fundamento
Art. 46, §§ 1º, 2 da LDB

140.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 25, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

141.

Resposta: D
Fundamento
Art. 3º, caput do Decreto 5.773 de 09.05.06

142.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 43, III da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 43, IV da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 43, V da Lei 9.394/96 - LDB

143.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 26, caput da Lei 9.394/96 - LDB

144.

Resposta: C
Fundamento
Art. 52, II da LDB

145.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 43, V da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 43, VI da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 43, VII da Lei 9.394/96 - LDB

146.

Resposta: B
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB

147.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 26, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

148.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 44, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 44, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 44, III da Lei 9.394/96 - LDB

149.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 26, § 3º, I da Lei 9.394/96 - LDB

150.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 45 da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 46, caput da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 46, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 46, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

151.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 26, § 3º, II da Lei 9.394/96 - LDB

152.

Resposta: E
Fundamento
Art., 12, I, II, III do Decreto 5.773/06 e Art. 52, II, III da LDB

153.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 47, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 47, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 47, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

154.

Resposta: E
Fundamento
Art. 44, I, II, III, IV, 46, caput da LDB

155.

Resposta: F
Comentário:
Art. 26, § 3º, III da Lei 9.394/96 - LDB

156.

Resposta: A
Fundamento
Art. 47, caput, da LDB

157.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 47, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 47, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 48, caput da Lei 9.394/96 - LDB

158.

Resposta: B
Fundamento
Art. 48, § 2º da LDB

159.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 26, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

160.

Resposta: D
Fundamento
Lei 10.172/2001 (PNE) – 4.3 –objetivos e metas p/ Educação Superior

161.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 48, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 48, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 48, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 48, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

162.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 26, § 5º da Lei 9.394/96 - LDB

163.

Resposta: A
Fundamento
Art. 4º, caput da Lei 10.861 /2004 - SINAES

164.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 53, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 53, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 53, III da Lei 9.394/96 - LDB

165.

Resposta: A
Fundamento
Art. 1º, §§ 1º ao 3º do Decreto 5.773/2006

166.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 26-A, caput da Lei 9.394/96 - LDB

167.

Resposta: E
Fundamento
Art. 16, I, II, III, IV do Decreto 5.773/2006

168.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 53, III da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 53, IV da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 53 da Lei 9.394/96 - LDB

169.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 26-A, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

170.

Resposta: A
Fundamento
Art. 3º, I ao XI, §§ 1º ao 3º da Lei 10.861/2004 e DECRETO Nº 5.773,

171.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 53, V da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 53, VI da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 53, VII da Lei 9.394/96 - LDB

172.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 26-A, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

173.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 53, VIII da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 53, IX da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 53, X da Lei 9.394/96 - LDB

174.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 33, caput da Lei 9.394/96 - LDB

175.

Resposta: D
Fundamento
Art. 37 §§ 1º 2º e 3º da LDB

176.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 54, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 54, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 54, III da Lei 9.394/96 - LDB

177.

Resposta: E
Fundamento
Arts. 39, caput, § 1º, 40 da LDB

178.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 33, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

179.

Resposta: V, F, V, F, V.
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB e Lei 10.172/2004 (PNE)

180.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 54, IV da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 54, V da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 54, VI da Lei 9.394/96 - LDB

181.

Resposta: F
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB

182.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 33, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

183.

Resposta: F
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB e Lei 10.172/2004 (PNE)

184.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 55 da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 56, caput da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 56, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 57 da Lei 9.394/96 - LDB

185.

Resposta: V
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB e Lei 10.172/2004 (PNE)

186.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 34, caput , §§ 1º, 2º da Lei 9.394/96 - LDB

187.

Resposta: F
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB e Lei 10.172/2004 (PNE)

188.

Resposta: A
Fundamento:
I. Art. 58, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 58, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 58, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB

189.

Resposta: V
Fundamento
LEI Nº 10.172, de 09 DE JANEIRO DE 2001.(PNE)

190.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 34, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

191.

Resposta: V
Fundamento
LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.(PNE)

192.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 61, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 61, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 61, III da Lei 9.394/96 - LDB

193.

Resposta: V
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB

194.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 35, caput da Lei 9.394/96 - LDB

195.

Resposta: V
Fundamento
Art. 36-A, caput, parágrafo único da LDB

196.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 65 da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 66, caput da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 66, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

197.

Resposta: F
Fundamento
Arts. 8º, 62 da LDB

198.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 36, § 1º, I e II da Lei 9.394/96 - LDB

199.

Resposta: F
Fundamento
Arts. 39, §§ 1º, 2º, I, II, III e 40 da LDB

200.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 69, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 69, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 69, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 69, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB

201.

Resposta: V
Fundamento
Art. 32, § 4º da LDB e Lei 10.172 de 09/01/2001

202.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 36, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB

203.

Resposta: V
Fundamento
O vídeo combina a comunicação sensorial-cinestésica, com a audiovisual, a intuição com a lógica, a emoção com a razão. Combina, mas começa pelo sensorial, pelo emocional e pelo intuitivo, para atingir posteriormente o racional.

204.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 69, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 69, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 69, § 6º da Lei 9.394/96 - LDB

205.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 36-A parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

206.

Resposta: B
Fundamento
Art.s 12, VII, 13, I, 14, I, II da LDB

207.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 70, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 70, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 70, III da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 70, IV da Lei 9.394/96 - LDB

208.

Resposta: D
Fundamento
Art.s 37, §§ 1º ao 3º , 38, I, II da LDB

209.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 36-D caput da Lei 9.394/96 - LDB

210.

Resposta: B
Fundamento
Art, 23, caput, §§ 1º e 2º da LDB

211.

Resposta: C
Fundamento:
I. Art. 70, V da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 70, VI da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 70, VII da Lei 9.394/96 - LDB
IV. Art. 70, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

212.

Resposta: E
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i>. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 159. 2009..

213.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 36-D, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

214.

Resposta: D
Fundamento
Art. 47, caput da LDB

215.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 75, caput da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 75, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 75, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

216.

Resposta: A
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI,

Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 205. 2009..

217.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 37, caput da Lei 9.394/96 - LDB

218.

Resposta: E
Fundamento
Arts. 47 ao 57 da LDB
LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 259. 2009..

219.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 82 da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 83 da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 84 da Lei 9.394/96 - LDB

220.

Resposta: B
Fundamento
Art. 57 da LDB

221.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 37, § 1º da Lei 9.394/96 - LDB

222.

Resposta: A
Fundamento
Art. 12, I ao VIII da LDB

223.

Resposta: B
Fundamento:
I. Art. 87, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 87, § 5º da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 88, caput da Lei 9.394/96 - LDB

224.

Resposta: D
Fundamento
A interdisciplinaridade relaciona-se ao princípio de que todo conhecimento mantém diálogo permanente com outros conhecimentos.
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 258. 2009..

225.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 37, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

226.

Resposta: E
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 200P. 183-188. 2009..

227.

Resposta: D
Fundamento:
I. Art. 63, I da Lei 9.394/96 – LDB
II. Art. 63, II da Lei 9.394/96 – LDB
III. Art. 63, III da Lei 9.394/96 – LDB
IV .Art. 80, §§ 1º ao 4º e Decreto 5.622 de 19/12/2005

228.

Resposta: B
Fundamento
Art. 8º da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 242. 2009.

229.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 37, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB

230.

Resposta: B

Fundamento
Art. 16, I, II, III da LDB

231.

Resposta: E
Fundamento:
I. Art. 14, I da Lei 9.394/96 - LDB
II. Art. 14, II da Lei 9.394/96 - LDB
III. Art. 15, caput da Lei 9.394/96 - LDB

232.

Resposta: A
Fundamento
Art. 1º, caput da LDB

233.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 38, caput da Lei 9.394/96 - LDB

234.

Resposta: B
Fundamento
Art. 14, I, II da LDB

235.

Resposta: zero a seis anos
Fundamento:
Art. 4º, IV da Lei 9.394/96 - LDB

236.

Resposta: C
Fundamento
Art. 4º, I, II, III, IV da LDB

237.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 41 da Lei 9.394/96 - LDB

238.

Resposta: B
Fundamento
Art. 13, I da LDB

239.

Resposta: União
Fundamento:
Art. 9º, VI da Lei 9.394/96 - LDB

240.

Resposta: C
Fundamento
Art. 24 da LDB

241.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 42 da Lei 9.394/96 - LDB

242.

Resposta: D
Fundamento
A interdisciplinaridade relaciona-se ao princípio de que todo conhecimento mantém diálogo permanente com outros conhecimentos.
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i>. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 258. 2009..

243.

Resposta: União
Fundamento:
Art. 9º, VII da Lei 9.394/96 - LDB

244.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 43, I e II da Lei 9.394/96 - LDB

245.

Resposta: União
Fundamento:
Art. 9º, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

246.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 43, III e IV da Lei 9.394/96 - LDB

247.

Resposta: à União
Fundamento:
Art. 9º, IX da Lei 9.394/96 - LDB

248.

Resposta: V
Fundamento
Art. 44, I, II, III, IV da LDB

249.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 50 da Lei 9.394/96 - LDB

250.

Resposta: F
Fundamento
Art. 9, § 1º da LDB

251.

Resposta: Docentes
Fundamento:
Art. 13, I da Lei 9.394/96 - LDB

252.

Resposta: V
Fundamento
Art. 45 da LDB

253.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 51 da Lei 9.394/96 - LDB

254.

Resposta: V
Fundamento
Art. 46, caput, §§1º, 2º da LDB

255.

Resposta: Docentes
Fundamento:

Art. 13, II da Lei 9.394/96 - LDB

256.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 54, caput da Lei 9.394/96 - LDB

257.

Resposta: V
Fundamento
Art. 53, IV da LDB

258.

Resposta: Docentes
Fundamento:
Art. 13, III da Lei 9.394/96 - LDB

259.

Resposta: V
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 260. 2009..

260.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 59, I da Lei 9.394/96 - LDB

261.

Resposta: V
Fundamento
Art. 6º, IV do Decreto 5.773/06

262.

Resposta: Docentes
Fundamento:
Art. 13, IV da Lei 9.394/96 - LDB

263.

Resposta: V
Fundamento
Art. 50, § 3º, IV do Decreto 5.773/06

264.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 59, II da Lei 9.394/96 - LDB

265.

Resposta: F
Fundamento
Esses programas financiam bolsas de estudo para estudantes de baixa renda das instituições privadas de ensino superior

266.

Resposta: Professores (docentes)
Fundamento:
Art. 13, V da Lei 9.394/96 - LDB

267.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 59, III da Lei 9.394/96 - LDB

268.

Resposta: Professores (docentes)
Fundamento:
Art. 13, VI da Lei 9.394/96 - LDB

269.

Resposta: V
Fundamento
Art. 47, caput da LDB

270.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 59, IV da Lei 9.394/96 - LDB

271.

Resposta: V
Fundamento
Art. 52, Parágrafo único da LDB

272.

Resposta: seis anos

Fundamento:
Art. 29 da Lei 9.394/96 - LDB

273.

Resposta: F
Fundamento
Art. 53, I ao X, parágrafo único, I ao VI da LDB

274.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 59, V da Lei 9.394/96 - LDB

275.

Resposta: V
Fundamento
Art. 56, caput, parágrafo único da LDB

276.

Resposta: três anos
Fundamento:
Art. 30, I da Lei 9.394/96 - LDB

277.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 60, caput da Lei 9.394/96 - LDB

278.

Resposta: F
Fundamento
Art. 43, IV, V, VI, VII da LDB

279.

Resposta: quatro a seis
Fundamento:
Art. 30, II da Lei 9.394/96 - LDB

280.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 60, parágrafo único da Lei 9.394/96 - LDB

281.

Resposta: sem o objetivo
Fundamento:
Art. 31 da Lei 9.394/96 - LDB

282.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 62, caput da Lei 9.394/96 - LDB

283.

Resposta: 9 (nove) anos
Fundamento:
Art. 32, caput da Lei 9.394/96 - LDB

284.

Resposta: F
Fundamento
Art. 1º, § 1º, 10, § 1º do Decreto 5.622/05

285.

Resposta: V
Fundamento:
Art. 70, I da Lei 9.394/96 - LDB

286.

Resposta: duzentos dias
Fundamento:
Art. 47, caput da Lei 9.394/96 - LDB

287.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 70, II da Lei 9.394/96 - LDB

288.

Resposta: anualmente
Fundamento:
Art. 55 da Lei 9.394/96 - LDB

289.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 71, II da Lei 9.394/96 - LDB

290.

Resposta: V
Fundamento
Art. 46, §§ 1º, 2º da LDB

291.

Resposta: oito horas
Fundamento:
Art. 57 da Lei 9.394/96 - LDB

292.

Resposta: F
Fundamento:
Art. 71, III da Lei 9.394/96 - LDB

293.

Resposta: F
Fundamento
Art. 57 da LDB

294.

Resposta: zero a seis
Fundamento:
Art. 58, § 3º da Lei 9.394/96 - LDB

295.

Resposta: V
Fundamento
Art. 50 da LDB

296.

Resposta: poderão
Fundamento:
Art. 54, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

297.

Resposta: F
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e</i>

organização. 7ª Ed.São Paulo: Cortez, pp. 345 e 346. 2009..

298.

Resposta: vinte e cinco por cento
Fundamento:
Art. 69, caput da Lei 9.394/96 - LDB

299.

Resposta: trimestre
Fundamento:
Art. 69, § 4º da Lei 9.394/96 - LDB

300.

Resposta: vigésimo
Fundamento:
Art. 69, § 5º, I da Lei 9.394/96 - LDB

301.

Resposta: trigésimo
Fundamento:
Art. 69, § 5º, II da Lei 9.394/96 - LDB

302.

Resposta: décimo
Fundamento:
Art. 69, § 5º, III da Lei 9.394/96 - LDB

303.

Resposta: F
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB e Decreto 5.773/06

304.

Resposta: Não constituirão
Fundamento:
Art. 71, I da Lei 9.394/96 - LDB

305.

Resposta: F
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB e Decreto 5.773/06

306.

Resposta: não constituirão
Fundamento:
Art. 71, IV da Lei 9.394/96 - LDB

307.

Resposta: V
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB e Decreto 5.773/06

308.

Resposta: não constituirão
Fundamento:
Art. 71, V da Lei 9.394/96 - LDB

309.

Resposta: V
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB e Decreto 5.773/06

310.

Resposta: não constituirão
Fundamento:
Art. 71, VI da Lei 9.394/96 - LDB

311.

Resposta: V
Fundamento
Art. 53, I ao X da LDB e Decreto 5.773/06

312.

Resposta: seis
Fundamento:
Art. 85 da Lei 9.394/96 - LDB

313.

Resposta: V
Fundamento
Art. 1º, § 3º do Decreto 5.773/06 e a Lei 10.861/04

314.

Resposta: trezentas
Fundamento:
Art. 65 da Lei 9.394/96 - LDB

315.

Resposta: 16 (dezesseis) anos
Fundamento:
Art. 87, § 2º da Lei 9.394/96 - LDB

316.

Resposta: F
Fundamento
Art. 58, § 1º, I ao IV do Decreto 5.773/06 e a Lei 10.861/04

317.

Resposta: seis
Fundamento:
Art. 6º da Lei 9.394/96 - LDB

318.

Resposta: V
Fundamento
Art. 58, § 1º, I e II do Decreto 5.773/06

319.

Resposta: cinquenta por cento
Fundamento:
Art. 12, VIII da Lei 9.394/96 - LDB

320.

Resposta: V
Fundamento
Art. 58, § 1º, I ao IV do Decreto 5.773/06

321.

Resposta: setenta e cinco por cento
Fundamento:
Art. 24, VI da Lei 9.394/96 - LDB

322.

Resposta: C
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i>. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 345 e 346. 2009..

323.

Resposta: E
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 333. 2009..

324.

Resposta: C
Fundamento
Art. 8º, § 1º da LDB

325.

Resposta: B
Fundamento
Art. 12, I, VII da LDB

326.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 9º, I, 10, III, 11, I da LDB

327.

Resposta: D
Fundamento
Parecer CNE/CP nº 5/2005

328.

Resposta: D
Fundamento
Art. 22 da LDB

329.

Resposta: A
Fundamento
Art. 53, parágrafo único, VI da LDB

330.

Resposta: A
Fundamento
Art. 52, I da LDB

331.

Resposta: D
Fundamento
Art. 67, caput, I ao VI da LDB

332.

Resposta: E
Fundamento
Art. 39, §§ 1º, 2º, I, II, III, § 3º da LDB

333.

Resposta: E
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 262. 2009..

334.

Resposta: F
Fundamento
Art. 5º, § 1º, III da LDB

335.

Resposta: E
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 262/263. 2009..

336.

Resposta: A
Fundamento
Art. 4º, I da LDB

337.

Resposta: C
Fundamento
Art. 37, §§ 1º, 2º da LDB

338.

Resposta: F
Fundamento
Art. 8º, § 1º da LDB

339.

Resposta: V
Fundamento
Art. 37, § 1º da LDB

340.

Resposta: F
Fundamento
Art. 37, § 1º da LDB

341.

Resposta: V
Fundamento
Art. 38, § 1º, I, II, § 2º da LDB

342.

Resposta: F
Fundamento
Art. 37, § 1º da LDB

343.

Resposta: D
Fundamento
Art. 1º, caput, §§ 1º, 2º da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 345. 2009..

344.

Resposta: A
Fundamento
Art. 58, §§ 1º, 2º da LDB

345.

Resposta: D
Fundamento
Art. 2º, caput da LDB

346.

Resposta: A
Fundamento
Art. 1º, caput da LDB.

347.

Resposta: D
Fundamento
Art. 13, I, II, da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, p. 345. 2009..

348.

Resposta: F
Fundamento
Art 7º, II da LDB

349.

Resposta: B
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 51, 52 e 53. 2009..

350.

Resposta: B
Fundamento
Art. 21, I, II da LDB

351.

Resposta: D
Fundamento
Art. 11, V da LDB

352.

Resposta: C
Fundamento
Art. 11, V da LDB

353.

Resposta: A
Fundamento
Art. 24, VI da LDB

354.

Resposta: E

Fundamento
Art. 26, §§ 1º, 3º, 5º

355.

Resposta: F
Fundamento
Art 5º, § 1º, III da LDB

356.

Resposta: C
Fundamento
Art. 33, caput da LDB

357.

Resposta: C
Fundamento
Art. 9º, VI da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 205/206. 2009..

358.

Resposta: B
Fundamento
Art. 9º, IV da LDB

359.

Resposta: D
Fundamento
Art. Art. 58, § 1º da LDB

360.

Resposta: E
Fundamento
Art. 36-C, I, II da LDB

361.

Resposta: E
Fundamento
Art. 36-C, I, II, “a”, “b”, “c”
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 262/263. 2009..

362.

Resposta: C
Fundamento
Arts. 37, § 1º, 78, I, II da LDB

363.

Resposta: C
Fundamento
Art. 40 da LDB

364.

Resposta: D
Fundamento
Arts 26, caput, 36, I ao IV, §§ 1º, I, II, § 3º da LDB

365.

Resposta: V
Fundamento
Art. 8º, § 2º da LDB

366.

Resposta: C
Fundamento
Art. 24, II, “a”, “b”, “c”, III, IV, V, “a” a “e” da LDB

367.

Resposta: B
Fundamento
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 262/263. 2009..

368.

Resposta: E
Fundamento
Art. 58 §§ 1º ao 3º da LDB

369.

Resposta: B
Fundamento
Art. 36, I, II, III, IV, § 1º, I, II da LDB

370.

Resposta: C
Fundamento
Art. 21, I da LDB

371.

Resposta: E
Fundamento
Art. 9º, I ao IX, §§ 1º ao 3º da LDB

372.

Resposta: C
Fundamento
Art. 24, V da LDB

373.

Resposta: A
Fundamento
Art. 37, §§ 1ª, 2º e 3º e Art. 38, §§ 1º e 2º da LDB

374.

Resposta: B
Fundamento
Arts.1º, 3º, I ao XI, 13, I, VI da LDB

375.

Resposta: D
Fundamento
Art. 36-B, I, II da LDB

376.

Resposta: F
Fundamento
Art . 9º, § 1º da LDB

377.

Resposta: C
Fundamento
Art. 37, §§ 1º, 2º, 3º da LDB

378.

Resposta: C
Fundamento

Art. 36-C, I, II, “a”, “b”, “c” da LDB

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III da LDB

379.

Resposta: B

Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

380.

Resposta: B

Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

381.

Resposta: B

Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

382.

Resposta: D

Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III, 81 da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

383.

Resposta: B

Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III, 81 da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

384.

Resposta: C
Fundamento
Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III, 81 da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.</i> 7ª Ed.São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

385.

Resposta: C
Fundamento
Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III, 81 da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.</i> 7ª Ed.São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

386.

Resposta: F
Fundamento
Art. 10, VII da LDB

387.

Resposta: D
Fundamento
Art. 80, §§ 1º ao 4º, I,II, III, 81 da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.</i> 7ª Ed.São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

388.

Resposta: B
Fundamento
Art. 80, § 4º, III, da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.</i> 7ª Ed.São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

389.

Resposta: D
Fundamento
Art. 80, § 4º, I, II da LDB

390.

Resposta: B
Fundamento

Art. 80, §§ 1º ao 4º, I, II, III, 81 da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 266/267. 2009..

391.

Resposta: E

Fundamento

Art. 23, caput, §§ 1º, 2º da LDB

392.

Resposta: A

Fundamento

Art. 14, I, II da LDB

393.

Resposta: D

Fundamento

Parecer CNE/ CEB nº 4/98 página 107 e 108

PCNs volumes 1 ao 10

394.

Resposta: A

Fundamento

Arts. 29, 30, I, II, 31 da LDB

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 252/253. 2009..

395.

Resposta: E

Fundamento

Art. 13, I, ao VI da LDB

396.

Resposta: A

Fundamento

Arts. 58, §§ 1º ao 3º, 59, I ao V, 60, parágrafo único da LDB

397.

Resposta: aos Estados e aos Municípios

Fundamento

Art. 10, parágrafo único da LDB

398.

Resposta: D
Fundamento
PCN volume 8

399.

Resposta: E
Fundamento
Art. 11, V da LDB

400.

Resposta: B
Fundamento
Art. 4º, I ao VIII da LDB

401.

Resposta: A
Fundamento
Art. 26, § 1º da LDB

402.

Resposta: C
Fundamento
Art. 21, I, II da LDB

403.

Resposta: B
Fundamento
Art. 31 da LDB

404.

Resposta: B
Fundamento
Art. 43, I ao VII da LDB

405.

Resposta: C
Fundamento
Art. 52, II da LDB

406.

Resposta: Municipal
Fundamento
Art. 11, VI da LDB

407.

Resposta: C
Fundamento
Art. 1º, §§ 1º, 2º da Lei 10.861/2004

408.

Resposta: C
Fundamento
Art. 5º, § 5º da Lei 10.861/2004

409.

Resposta: D
Fundamento
Art. 6º, I, ao VII da Lei 10.861/2004

410.

Resposta: A
Fundamento
Art. 1º, §§ 1º, 2º da Lei 11.096/2005

411.

Resposta: C
Fundamento
Art. 8º, I ao IV, §§ 1º, 2º da Lei 11.096/2005

412.

Resposta: A
Fundamento
Art. 56 da LDB

413.

Resposta: B
Fundamento
Art. 6º, I ao V da LDB da Lei 10.861/2004

414.

Resposta: D
Fundamento
Art. 5º, §§ 1º ao 11 da Lei 10.861/2004

415.

Resposta: C
Fundamento
Art. 53, I ao X, Parágrafo único, I, VI da LDB

416.

Resposta: F
Fundamento
Art. 17, III da LDB

417.

Resposta: B
Fundamento
CNE/CP nº 9/2001, de 8 de maio de 2001
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 345/346. 2009..

418.

Resposta: C
Fundamento
Art. 52, caput, I, II, III da LDB

419.

Resposta: C
Fundamento
Art. 44, II, III, IV da LDB

420.

Resposta: B
Fundamento
Art. 2º da LDB

421.

Resposta: B
Fundamento
Art. 14, I, II da LDB

422.

Resposta: D
Fundamento
PCN volume 01, página 81

423.

Resposta: C
Fundamento
Art. 4º, I ao IX da LDB

424.

Resposta: E
Fundamento
Art. 21, I, II da LDB

425.

Resposta: F
Fundamento
Art. 24, II, "a" da LDB

426.

Resposta: A
Fundamento
Art. 11, I ao V da LDB

427.

Resposta: E
Fundamento
PCN volume 02, página 55 e 56

428.

Resposta: D
Fundamento
Art. 36-C, I, II, "a", "b", "c" da LDB

429.

Resposta: D
Fundamento
Art. 1º, §§ 1º, 2º da LDB

430.

Resposta: B

Fundamento
Art.s 29, 30, I, II, 31 da LDB

431.

Resposta: E
Fundamento
Art. 21, I da LDB

432.

Resposta: C
Fundamento
Art. 26, § 4º da LDB

433.

Resposta: E
Fundamento
Art. 35, I, II, III, IV da LDB

434.

Resposta: D
Fundamento
Art. 44, I, II, III, IV da LDB

435.

Resposta: F
Fundamento
Art. 19, II da LDB

436.

Resposta: C
Fundamento
Art. 26-A, caput, §§ 1º, 2º da LDB

437.

Resposta: D
Fundamento
Art.s 36-B, I, 36-C, I, II, "a", "b", "c"36-D, caput, parágrafo único da LDB

438.

Resposta: A
Fundamento
Art. 58, caput, §§ 1º ao 3º, 59, § 3º da LDB

439.

Resposta: B
Fundamento
Art. 36-A, parágrafo único, 36-B, I, II, parágrafo único, I, II, III da LDB

440.

Resposta: A
Fundamento
PNE – objetivos e prioridades

441.

Resposta: C
Fundamento
Art. 28, §§ 1º, 2º da LDB

442.

Resposta: C
Fundamento
Art. 35, I, II, III, IV da LDB

443.

Resposta: D
Fundamento
Art. 36, I, II, III, IV, § 1º, I, II da LDB

444.

Resposta: B
Fundamento
Art.s 13, I ao VI, 14, I, II da LDB

445.

Resposta: V
Fundamento
Art. 24, II, “b” da LDB

446.

Resposta: A
Fundamento
Art. 67, II da LDB

447.

Resposta: B
Fundamento
Art. 35, I, II, III, IV da LDB

448.

Resposta: C
Fundamento
Art. 21, I, II da LDB

449.

Resposta: D
Fundamento
Art. 3º, I ao XI da LDB

450.

Resposta: B
Fundamento
Art. 26, §§ 1º, 2º da LDB

451.

Resposta: B
Fundamento
Art. 13, I ao V da LDB

452.

Resposta: D
Fundamento
Art. 12, III, IV, VI da LDB

453.

Resposta: C
Fundamento
Art. 4º, I ao IX da LDB e art. 208, I, VII, §§ 1º, 2º, 3º da CF

454.

Resposta: A
Fundamento
Art. 1º, §§ 1º, 2º 3º do Decreto 5.773/2006

455.

Resposta: F
Fundamento
Art. 26, § 2º da LDB

456.

Resposta: B
Fundamento
Art. 53, caput , III, V da Lei 8.069/90 (ECA)

457.

Resposta: B
Fundamento
Art. 11, V da LDB

458.

Resposta: C
Fundamento
Art. 47, caput da LDB

459.

Resposta: A
Fundamento
Art. 52, II, III da LDB

460.

Resposta: V
Fundamento
Art. 62, § 3º da LDB

461.

Resposta: E
Fundamento
Art. 22, caput da lei 11.494/07 (FUNDEB)

462.

Resposta: B
Fundamento
Art. 26, § 3º da LDB

463.

Resposta: A
Fundamento
Arts. 53, III, 56, I, II, 59 da Lei 8.069/90 (ECA), Art. 12, VIII

464.

Resposta: C

Fundamento
Arts. 4º, I ao, IX, 37, §§ 1º, 2º, 3º da LDB

465.

Resposta: V
Fundamento
Art. 24, II, “c” da LDB

466.

Resposta: E
Fundamento
Art. 206, VI da CF e Art. 3º, VIII, IX da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 330/337. 2009..

467.

Resposta: D
Fundamento
Art. 14, I, II da LDB

468.

Resposta: B
Fundamento
Art. 3º, VIII, IX, X, XI da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 330/337. 2009..

469.

Resposta: E
Fundamento
Art. 11, I ao VI, parágrafo único da LDB e Art. 2º, da lei 11.494/07

470.

Resposta: A
Fundamento
PCN volume 01, pag. 62 a 65 e volume 10

471.

Resposta: C
Fundamento
Arts. 21, §§ 1º, 2º, 22, parágrafo único, I, II, III da lei 11.494/2007

472.

Resposta: A
Fundamento
Art. 212, §§ 5º, 6º da CF,
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 183/184. 2009..

473.

Resposta: D
Fundamento
Art. 23, §§ 1º, 2º, 24, I ao VII da LDB

474.

Resposta: C
Fundamento
Art. 10, VI da LDB

475.

Resposta: V
Fundamento
Art. 32, § 5º da LDB

476.

Resposta: D
Fundamento
Art. 38, §§ 1º, I, II, 2º da LDB

477.

Resposta: C
Fundamento
Art. 12, I da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 345/346. 2009..

478.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 58, §§ 1º, 2º, 3º, 59, I ao V, 60, parágrafo único da LDB

479.

Resposta: D

Fundamento
Art. 3º, I ao VII da LDB

480.

Resposta: V
Fundamento
Art. 62, § 2º da LDB

481.

Resposta: B
Fundamento
Art. 2º da LDB – PCN - volume 1- introdução

482.

Resposta: F
Fundamento
Art. 11, V, 10, VI da LDB

483.

Resposta: F
Fundamento
Arts. 2º, 13, VI, 14, I, II da LDB

484.

Resposta: V
Fundamento
Art. 205 ao 208 da CF

485.

Resposta: V
Fundamento
Art. 26, caput da LDB

486.

Resposta: V
Fundamento
PCN - volume 1- introdução
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i>. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP 163/164. 2009..

487.

Resposta: F

Fundamento
Arts. 29, 30, I, II da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, PP. 212/213. 2009..

488.

Resposta: F
Fundamento
Art. 32, § 1º da LDB – PCN volume 01, pag. 59 a 62
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, P. 255. 2009..

489.

Resposta: D
Fundamento
Arts. 24, V, “a”, 36, § 1º, I, II da LDB
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização</i> . 7ª Ed. São Paulo: Cortez, P. 205. 2009..

490.

Resposta: A
Fundamento
Art. 3º, I ao XI da LDB

491.

Resposta: V
Fundamento
Art. 62, § 1º da LDB

492.

Resposta: E
Fundamento
Art. 58, §§ 1º, 2º, 3º da LDB

493.

Resposta: B
Fundamento
Art. 36, I ao IV, § 1º, I, II, § 3º da LDB

494.

Resposta: C

Fundamento
Art. 21, I, II da LDB

495.

Resposta: E
Fundamento
Art. 9º, I ao IX, 11, V da LDB

496.

Resposta: C
Fundamento
Art. 24, V, “a” da LDB

497.

Resposta: A
Fundamento
Arts. 37, §§ 1º, 2º, 3º, 38, §§ 1º, I, II, 2º da LDB

498.

Resposta: B
Fundamento
Art. 14, I, II da LDB

499.

Resposta: V
Fundamento
Art. 36-B, I da LDB

500.

Resposta: V
Fundamento
Art. 4º, II da LDB

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*
www.presidencia.gov.br/legislacao.
- LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.* 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009..
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF, 1988. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, CNE/CEB. Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2006. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Resolução CEB nº 2, de 07 de abril de 1968. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.* 39ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. 1996
- BRASIL, Parecer CNE nº 4 de 29 de janeiro de 1998. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 11.494, de 28 de junho de 2007 – FUNDEB- Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional.* Campinas: Autores Associados, 1998.
- BRASIL, Lei 11.829, de 25 de novembro de 2008- altera o ECA. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990- ECA. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao

- BRASIL, Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Brasília –DF.
www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília-DF. 2001
- BRASIL, Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Brasília – DF.
www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o SINAES. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova do Plano Nacional de Educação- PNE. Brasília-DF.
www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009. Altera o ECA. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.013, de 06 de Agosto de 2009. Altera o art. 12 da LDB. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.014, de 06 de Agosto de 2009. Altera o art. 61 da LDB. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.020, de 27 de agosto de 2009. Altera o art. 20 da LDB. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.056, de 13 de outubro de 2009. Altera o art. 62 da LDB. Brasília-DF. www.presidencia.gov.br/legislacao
- BRASIL, Lei 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e inciso VI do art. 10 da LDB. Brasília-DF.
www.presidencia.gov.br/legislacao